Acervo ISA

CEDI - PIB
DATA 26/05/94
COD 120 00012

RELATÓRIO DO GRUPO TÉCNICO CRIADO PELA PORTARIA DO PRESIDENTE Nº 1.366, DE 4/9/1992 (GT TREMEMBÉ)

Acervo ISA

ÍNDICE:

1. INTRODUÇÃO..... 1

2. HISTÓRICO..... 7

3. OCUPAÇÃO E UTILIZAÇÃO DA TERRA PELOS TREMEMBÉ..... 24

4. PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO..... 38

5. SITUAÇÃO FUNDIÁRIA..... 46

6. O CASO SÃO JOSÉ/CAPIM-AÇU..... 48

7. NOTAS..... 55

8. BIBLIOGRAFIA..... 56

9. ANEXOS..... 58

Acervo ISA

1. INTRODUÇÃO:

O presente documento é o Relatório Final do Grupo Técnico criado pela Portaria nº 1.366, de 4/9/92, do Presidente da FUNAI, com o objetivo de identificar e delimitar a Área Indígena Tremembé, localizada nos distritos de Almofala e Patos, município de Itarema (ANEXO I), estado do Ceará, bem como de proceder ao levantamento fundiário relativo à ocupação de terras por não-índios dentro dos limites da área definida (ANEXO II).

O acesso à sede do município, a partir da capital do estado, é feito por estrada de rodagem asfaltada até a localidade chamada Nascente, de onde se segue por uma estrada municipal não pavimentada até Itarema, que dista 12 km de Almofala, em estrada também sem pavimentação. Percorre-se um total de 270 km de Fortaleza a Almofala.

Até alguns anos atrás o Ceará era tido como um dos poucos estados brasileiros onde não mais existiam índios. O próprio órgão indigenista oficial (primeiro o SPI, depois a FUNAI) endossava esta afirmativa. Tal fato resultou de uma eficiente política governamental desenvolvida na então província do Ceará durante o século XIX, que procurou negar a presença indígena para favorecer interesses econômicos e políticos que objetivavam a apropriação de suas terras (cf. MOREIRA NETO, 1971).

Entretanto, grupos indígenas continuaram vivendo no Ceará, de maneira mais ou menos autônoma, a despeito de sua drástica redução numérica e das profundas mudanças culturais sofridas como resultado do contato e da discriminação.

Nos últimos anos, sentindo-se cada vez mais expoliados, estes grupos passaram a reclamar seus direitos e a buscar apoio junto a órgãos oficiais e particulares que os possam ajudar.

Os 2.247 índios que vivem atualmente em Almofala são representantes de um dos primeiros povos indígenas do território brasileiro a ter contato com os europeus. Falam o português, vestem-se como os demais habitantes não-índios da região e vivem em casas de palha e de taipa, formando grupos

18

Acervo ISA

locais que mantêm relações de parentesco entre si. Seu primeiro contato com a FUNAI ocorreu em 1986, quando receberam a visita do GT Tapeba (Portarias do Presidente nºs 1.327, de 2/9/86 e 1.622, de 2/10/86). Desde então aguardam com ansiedade a solução para o sério problema territorial que enfrentam, mas só foram visitados outras duas vêzes, rapidamente, por técnicos da FUNAI que buscavam incluí-los em projetos de desenvolvimento econômico que abrangiam, também, outras populações indígenas do nordeste. A questão primordial - ter assegurada para seu uso a terra tradicionalmente habitada por eles - continuou em suspenso, a despeito de diversas solicitações de suas lideranças encaminhadas à própria FUNAI e a diversos órgãos de apoio à causa indígena. Só agora a FUNAI está atuando no sentido de regularizar as terras dos Tremembé.

Administrativamente esta Área encontra-se no âmbito de jurisdição da Administração Regional de João Pessoa, cujo Administrador atual tem-se mostrado interessado em buscar soluções para os problemas mais graves que afligem a população Tremembé, tendo visitado a região recentemente, no intuito de melhor conhecer suas necessidades.

Os índios Tremembé, como são historicamente conhecidos, receberam este nome dos europeus, ao que tudo parece indicar, devido ao fato de viverem em tremedais, tremembés ou tramembés, isto é, pântanos ou terrenos alagadiços cobertos de vegetação aquática. Sua autodenominação original, bem como sua língua, cairam no esquecimento. Os lingüistas, através do estudo dos poucos vocábulos que ficaram registrados, concluiram que tratava-se de uma língua autônoma, não passível de classificação entre uma das Famílias e/ou Troncos lingüísticos conhecidos (cf. GIRÃO, 1984; MÉTRAUX, 1946; POMPEU SOBRINHO, 1951; STUDART FILHO, 1965).

Geograficamente a região de Almofala e vizinhanças é constituída de terrenos sedimentares terciários e quaternários, formados de areias e argilas diversas. O clima é quente e úmido, com chuvas no período do verão ao outono (NOTA 1). Dunas (algumas fixas e outras móveis), lagoas, espessos manguezais e grandes trechos alagados nas margens do rio Aracati-Mirim e outros cursos d'água formam a paisagem local. A vegeta-

18

Acervo ISA

ção tipicamente litorânea, na zona da praia, inclui muitos cajueiros (nativos da região) e coqueirais. Um pouco mais para o interior, nas margens humosas dos rios, são comuns os carnaubais e oiticicais.

Apesar das mudanças climáticas ocorridas com o passar dos séculos, que tornaram a região um pouco mais árida do que ao tempo da chegada dos primeiros europeus, a descrição geográfica acima vem confirmar a oportuna denominação dada a este povo habitante dos tremembés, constituído de ótimos nadadores e pescadores, profundos conhecedores de seu habitat, como se pode observar até hoje.

No que diz respeito aos trabalhos desenvolvidos na Área pelo GT, gostaríamos de registrar que tivemos ótima acolhida por parte da população indígena, que colaborou com nossos trabalhos, procurando facilitá-los de diversas maneiras: fornecendo-nos guias, depoimentos, mostrando-nos artefatos feitos por seus antepassados e os locais onde esses viveram, ajudando-nos na realização do censo da população, nos convites para comparecimento às várias reuniões realizadas, etc..

Curiosamente, e para surpresa nossa, não fomos procurados por nenhum membro da sociedade local não pertencente à comunidade indígena para conversar conosco sobre seus interesses, contrariamente ao que costuma ocorrer em outras áreas. Soubemos, por meio de alguns índios, que várias pessoas lhes haviam perguntado o que fazíamos na região e pedimos a estes mesmos índios que dissessem a tais pessoas para nos procurar, pois estávamos à disposição para esclarecer suas dúvidas. No entanto, ninguém nos procurou.

Estivemos na Prefeitura de Itarema duas vêzes (dias 22 e 23 de setembro) para visita de cortesia, visando apresentar-nos ao prefeito Édson Rios. Infelizmente, nas duas ocasiões nem ele nem outros funcionários foram encontrados. Transeuntes nos informaram que o horário de funcionamento da Prefeitura estava um pouco irregular naqueles dias, devido à proximidade do dia marcado para as eleições municipais, isto é, 3 de outubro.

No período em que o GT permaneceu na Área alguns líderes indígenas receberam ameaças de pessoas possuidoras de terras na região. A freqüência e intensificação destas ameaças, especialmente ao cacique Vicente Viana Damasceno, levou-nos a a-

Acervo ISA

companhá-lo à Delegacia de Polícia, para ele registrar queixa e solicitar proteção policial. Com esta finalidade no dia 29 de setembro procuramos o Delegado de Itarema duas vêzes e não o encontramos, de forma que a queixa acabou sendo registrada na Delegacia de Acaraú, no dia seguinte, 30 de setembro.

Durante a realização do levantamento fundiário, entretanto, pudemos contatar grande parte das pessoas ocupantes de terras dentro da área identificada e delimitada como de posse imemorial do grupo Tremembé, ocasião em que o engenheiro agrônomo responsável por esta parte do trabalho teve oportunidade de expor nossos objetivos e esclarecer as dúvidas dessas pessoas, mesmo quando algumas se recusaram a permitir o levantamento. O material resultante do referido levantamento fundiário consta de: relato do servidor responsável pela atividade, enfocando as condições em que se desenrolaram os trabalhos; 33 Laudos de Vistoria e Avaliação de Benfeitorias (LVA), com certidões dos registros de imóveis daqueles que os possuem; cinco certidões de registros de imóveis pedidas adicionalmente, para constatação de incidência; nossa solicitação das certidões mencionadas, ao Cartório do 2º Ofício de Acaraú; cópia da Portaria nº 25/DG/PGE, de 1/10/1991, que aprova a Tabela de Preços em que se basearam os cálculos constantes dos Laudos acima, acrescida da dita Tabela de Preços, que foi devidamente atualizada nos cálculos (NOTA 2).

A propósito das certidões acima, elas chegaram às nossas mãos depois de uma certa demora, motivada pelo incidente relatado pela Coordenadora do GT em expediente enviado à sede da FUNAI em 21/10/92 e respondido por telex de 30/10/92 (ANEXOS III e IV).

Toda a documentação acima listada, relativa ao levantamento fundiário, constitui o último anexo ao presente relatório (ANEXO XVIII).

Outro fato a ser registrado foi a inadequada indicação de uma pessoa da região entre os dois policiais solicitados pela FUNAI à Polícia Federal de Fortaleza para acompanhar o GT. Sua família, no passado, teve conflitos com índios por causa de terras e tem bens que poderiam ter ficado dentro da área definida. Por mais responsável e eficiente que seja o policial de que tratamos aqui, foi inevitável o constrangimento,

Acervo ISA

tanto para ele, como para os membros do GT e para a comunidade indígena. Apesar deste incidente, que foi contornado, a participação dos dois policiais se fazia necessária e eles desempenharam suas funções adequadamente.

Por outro lado, devemos agradecer, aqui, a enorme colaboração prestada ao GT pela Diocese de Itapipoca,que providenciou os dois "buggies" com que pudemos nos deslocar para a Área e agilizar nossos trabalhos lá.

A propósito, os dois motoristas da FUNAI que deveriam acompanhar o GT foram dispensados, após deliberação de seus membros, antes que viajassem para o Ceará, pois tornou se evidente, para todos, que seria inviável o deslocamento de nove pessoas para a Área, com equipamentos e bagagens, mais guias indígenas que nos acompanhariam lá, em dois "buggies", além de ser mais oneroso para a FUNAI. Acrescente-se o fato de que a viagem para a Área se atrasaria, se o GT continuasse em Fortaleza a espera dos motoristas. Assim, foi enviado telex à DAF informando sobre a decisão tomada (ANEXO V) e, através de contatos telefônicos com a ADR de João Pessoa, seu Administrador expediu a Ordem de Serviço nº 003/GAB/ADR JP, de 15/9/1992, autorizando os dois engenheiros agrônomos do Grupo, um da FUNAI e outro do INCRA, a dirigirem os carros, para agilizar e facilitar os trabalhos (ANEXO VI). Os dois, demonstrando espírito de cooperação e interesse pelo trabalho a ser efetuado, se haviam oferecido para isto.

O ítem 6 deste relatório diz respeito a uma área desapropriada pelo INCRA, no município de Itarema, longe da AI Tremembé, de Almofala, aqui proposta. Lá vivem famílias indígenas e não-indígenas, existindo uma situação de conflito e reivindicações para que a FUNAI interfira.

Embora a Port. nº 1.366/92 entrasse em vigor a partir de 10/9/92, imprevistos de última hora adiaram a reunião e o início dos trabalhos do GT, em Fortaleza, para o dia 14/9. Depois das tarefas preliminares desenvolvidas na capital cearense o GT deslocou-se para a Área em 16/9, aí permanecendo até 30/9, quando voltou a Fortaleza, onde ainda havia trabalho por ser feito e complementado (visitas à Procuradoria Geral da República, à sede da firma DUCÔCO, etc.). O desenrolar dos acontecimentos mostrou a necessidade de que a Coordenadora do

Acervo ISA

GT se reunisse pessoalmente com o Administrador da ADR de João Pessoa, para colocá-lo ao par da situação na Área e relatar para ele, preliminarmente, tudo o que lá ocorrera. Assim, ela se deslocou para João Pessoa no dia 3/10, onde manteve os entendimentos necessários com o Administrador Manoel Marcos Clemente da Silva, voltando à unidade administrativa onde está lotada em 6/10/92.

Acervo ISA

2. HISTÓRICO:

Ao tempo em que foi iniciada a colonização européia no Brasil o território do atual estado do Ceará era habitado por numerosas nações indígenas, de línguas diversas, entre elas os Tremembé, cuja área de dispersão no litoral brasileiro, em tempos pré-coloniais, parece ter sido ampla, abrangendo terras dos atuais estados do Maranhão, Piauí e Ceará(cf. MÉTRAUX, 1946 e NIMUENDAJU, 1981).

Os primeiros europeus que mencionaram e descreveram os Tremembé foram: o cronista Pedro Mártir de Algéria, que acompanhou a expedição de Vicente Yañez Pinzón (dezembro de 1500 - setembro de 1501) pelas costas da América do Sul, incluindo o nordeste do Brasil; e Américo Vespúcio, por ocasião de sua terceira viagem ao Novo Mundo (1501 - 1502), quando percorreu o litoral brasileiro (cf. STUDART FILHO, 1965).

É oportuno registrar que o levantamento de dados históricos sobre sociedades indígenas específicas, no Brasil, é dificultado por dois fatores: por um lado, a grande quantidade de documentos dos primeiros séculos da colonização que fazem referência aos índios em geral, sem especificar o nome de cada sociedade; por outro lado, a escassez de documentos mencionando seja os índios em geral , seja uma sociedade em particular, a partir da segunda metade do século passado, como resultado da política oficial negativa desenvolvida no país pelo Governo Imperial com relação às populações indígenas , que representavam obstáculo ao modelo de exploração econômica que se implantava na época.

Entretanto, os diversos historiadores brasileiros parecem estar de acordo quanto ao fato de que os índios contatados na costa cearense e descritos tanto por Pedro Mártir de Algéria quanto por Américo Vespúcio teriam sido os da nação Tremembé. Foram eles os protagonistas dos episódios relatados de forma tão pitoresca e insólita por Vespúcio em suas cartas conhecidas pelos nomes de Mundus Novus e Lettera, que o florentino enviou a Lourenço Pier de Médicis

Acervo ISA

e a Piero Tomaso Soderini, respectivamente. Como enfatiza Thomaz Pompeu Sobrinho (1980), tais relatos "sensacionalistas" sobre os contatos com os Tremembé do litoral cearense, mostrando-os como antropófagos, foram em grande parte responsáveis pela divulgação das viagens de Vespúcio e pela sua popularidade na Itália e em outros países europeus, onde causaram profunda impressão, na época.

Sabe-se que, originalmente, os Tremembé eram pescadores e caçadores nômades, exímios nadadores e que vagavam em pequenos grupos pelo litoral, abrigando-se em choupanas simples e pouco elaboradas (cf. MÉTRAUX, 1946; POMPEU SOBRINHO, 1951 e STUDART FILHO, 1965).

Eram considerados valentes e aguerridos, especialistas em emboscadas, por isto sendo muito temidos. Seus maiores inimigos foram os Tupinambá, grupo numericamente majoritário em todo o litoral brasileiro (ibdem).

Devido ao seu modo de vida, sua cultura material era constituída de apetrechos simples, tais como canoas pequenas e velozes, arcos, flechas, lanças, cabaças, artefatos líticos (destacando-se, entre eles, os machados de pedra polida, de forma semilunar ou em forma de âncora), recipientes de cerâmica grosseira e cestos de palha de folha da carnaubeira (ibdem).

Durante o século XVI os Tremembé mantiveram contatos esporádicos com os franceses e portugueses que visitaram a costa cearense para conhecê-la, fundando algumas fortificações.

Só no século seguinte os portugueses se apoderaram efetivamente das terras do Ceará, ora guerreando contra as diversas nações indígenas que aí viviam, ora aliando-se a elas, construindo mais fortificações e fundando povoações.

Também os holandeses tentaram apoderar-se do Ceará no século XVII. Com este intuito chegaram a fazer alianças com os Tremembé. Entretanto, estes acabaram se associando aos portugueses e os auxiliando na expulsão dos holandeses, embora seu trato com os portugueses também tenha sido muito difícil naqueles primeiros tempos da colonização, com freqüentes ataques e revides de ambas as partes.

Acervo ISA

Foi no início do século XVII, igualmente,que os missionários jesuítas começaram seu trabalho de catequese dos índios do Ceará, mas só na passagem para o século XVIII é que os Tremembé foram aldeados em missão, na região da foz do rio Aracati-Mirim, onde se ergueu uma igreja. Portanto, é a partir dessa época que se encontra o maior volume de documentos referentes aos Tremembé.

Há divergências, entre os autores, sobre o fato de terem sido jesuítas ou não os missionários que os aldearam. Enquanto que em Tutóia, no Maranhão, parece fora de dúvida que os Tremembé foram aldeados pelos missionários da Companhia de Jesus em fins do século XVII, é mais provável que o aldeamento do Aracati-Mirim, no Ceará, tenha ficado a cargo de padres seculares, que mais tarde teriam formado a Irmandade de Nª. Sra. da Conceição de Almofala, que foi possuidora de rico patrimônio (cf.VALLE, 1992).

Pela Carta Régia de 8/1/1698, ao governador do Maranhão, o rei de Portugal assegurou a concessão de sesmarias aos índios da região costeira do Ceará ao Maranhão, enfatizando que de forma alguma estes fossem importunados ou retirados dos sítios que escolhessem para viver.

Atendendo a tal determinação, o Padre José Borges de Novaes, tido como o primeiro missionário encarregado dos Tremembé, os teria aldeado nas três léguas de terra, situadas entre os rios Aracati-Mirim e Aracati-Açu, concedidas a ele e a seu irmão Alexandre Borges de Novaes, cujo registro consta da relação de sesmarias do Ceará (cf. SOUZA, 1983 e VALLE, 1992).

Durante o século XVIII intensificou-se o processo de ocupação do território cearense por parte dos portugueses, com o estabelecimento de número cada vez maior de fazendas de criação de gado para suprir as regiões vizinhas, como Pernambuco e Maranhão,voltadas para a agricultura canavieira e para a exploração de drogas do sertão, respectivamente. Em conseqüência aumentaram, também, os conflitos com os índios, que eram freqüentemente expulsos de suas terras, mortos ou escravizados pelos colonos.

Studart Filho (1963:10-22) relata a participação dos Tremembé na rebelião indígena que ocorreu de 1713 a 1715 e que

Acervo ISA

ficou conhecida como o levante dos Tapuias. Pouco tempo depois amotinaram-se novamente, junto com Índios Acriús e com os Areriús ou Arariús, tomando em armas contra os colonos que habitavam nas margens do rio Acaraú e expulsando seu missionário a tiros. O autor comenta que, como resultado, foram vencidos e sofreram pesadas baixas.

Em meados do século XVIII houve uma tentativa de transferência destes índios para a nova Vila de Soure (antigo aldeamento missionário de Caucaia).

Studart Filho assim descreve os acontecimentos que se seguiram à transferência dos Tremembé para Soure: "Como sucedera por toda parte e em iguais circunstâncias, os recém-chegados não se adaptaram bem ao nôvo meio, nem fizeram amizade com os que aí moravam. Muitos abandonaram a Vila, fugindo uns para os tabuleiros do litoral e desertando outros para a vizinha Çapitania do Maranhão. Aos que permaneceram no Ceará, tentou em vão o Diretor da Vila de Soure fazê-los regressar às terras de sua jurisdição administrativa. A intervenção resultou contraproducente. Os indígenas não quiseram obedecer-lhe, indo alguns dêles se refugiar em Tutóia, fato que o levou a desistir de seus intentos. Mais tarde, em 1766, o Governador Borges da Fonseca, compadecido da miserável existência que curtiam os Tremembés, desamparados de tôda assistência material e moral, vivendo como verdadeiros brutos, reuniu-os novamente na antiga missão da margem do Aracatimirim e deu-lhes um cabo de esquadra do Presídio, de reconhecida capacidade e prudência, para os dirigir, e um soldado de boas letras para que ensinasse os seus meninos a ler e escrever. A Aldeia de Aracatimirim dos índios Tremembés, como era chamada por vêzes, tomou, em 1766, o nome de Almofala" (STUDART FILHO, 1963:167-8).

Encontramos um documento manuscrito, na Biblioteca Nacional, que vem corroborar as informações acima, fazendo referência a alguns Tremembé que se negavam a deixar seu antigo local de residência e transferirem-se para Soure. Trata-se da "Carta ao Director da V. de Soure S.e as rezes que dezencaminhou o depozitr.º Ser acert.a a repart.am q̄. dellas fez, eadenão Violentar os Tramambez", de agosto de 1761. Diz o documento, no trecho que nos interessa: "Noque respeita a Penitencia que mostraraõ os poucos Tramambez que VM achou no

Acervo ISA

Sitio da sua antiga rezidencia em seunirem aessa V.a, como vereficaõ as certidoẽs que memanda andou VM m.to bem em os naõ violentar:Mayorm.e quando o Dr Juiz de Fora na occaziaõ emq̄. chegar ao destr. emque os mesmos estaõ attendendo aoseo Limit.o N.o naõ deixará deosfazer conduzir áq.la Povoaçaõ ou V.a que entender cé mais conveniente agregalos por Conta do interesse dosmesmos Cexecuçam dar Reaes ordens, como tem practicado a respeito de outros."

Algumas décadas mais tarde, no "Mappa dos Habitantes da Capitania do Ceará-Grande, em 1808", apresentado pelo governador Luiz Barba Alardo de Menezes em sua Memoria sobre a Capitania do Ceará (1814), Almofala aparece como povoação de Índios,com uma população de 100 homens e 102 mulheres indígenas.

Em 1818 o Padre Aires de Casal (1943) encontrou os Tremembé vivendo pacificamente em Almofala, dedicados à pesca e à agricultura.

Durante o período em que o Brasil pertenceu a Portugal a política adotada com relação às populações indígenas era ditada pelo governo real português, da mesma forma que a regulamentação com respeito à aquisição de terras, que se fazia através da doação de sesmarias.

Com a independência do Brasil de Portugal a nova política econômica do Império não favoreceu as populações indígenas. O incentivo ao estabelecimento de colônias agrícolas e pastoris,muitas constituídas de imigrantes europeus e a ganância dos grandes proprietários de terras, que desejavam expandir seus domínios, implicavam num movimento de usurpação de terras indígenas (cf. MOREIRA NETO, 1971).

A extinção da Lei de Sesmarias em 1822 resultou num período em que as terras ficaram devolutas, detendo sua posse aqueles que estivessem fixados nelas, enquanto se discutia, no âmbito parlamentar, a nova legislação. Defendia-se o término da Diretoria Geral de Índios de cada província, assim como a dispersão das aldeias. No Ceará, entretanto, uma Ata da Sessão do Conselho da Província, de 22/9/1826, apesar de defender isto, faz menção aos índios de Almofala no sentido de poderem eles permanecer em sua aldeia, "aonde tem bastantes recursos para viverem".

Acervo ISA

A participação indígena, em maior ou menor grau, nas revoltas populares ocorridas durante a primeira metade do século XIX, após a proclamação da independência do Brasil, serviu de justificativa para a hostilidade e ações repressivas governamentais e de particulares contra os índios, buscando-se eliminar ou comprometer a organização interna de suas comunidades, pelo incentivo à constituição de propriedades individuais entre seus membros e através de outros expedientes, que atingiam direta ou indiretamente as comunidades indígenas, desarticulando-as (cf. MOREIRA NETO, 1971 e 1982).

Em 1846 o Diretor Geral de Índios do Ceará, em relatório ao Ministro dos Negócios do Império, declara existirem oito aldeias de índios em diferentes pontos da província, além da aldeia da Missão Velha do Crato, muito antiga, e afirma, também que "consta haverem até índios Selvagens nas extremas desta mesma Província".

Este era o quadro oficial dos grupos indígenas do Ceará quando foi promulgada a Lei nº 601, de 18/9/1850, que ficou conhecida como a Lei de Terras e foi regulamentada pelo Decreto nº 1.318, de 30/1/1854. Ela objetivava disciplinar o regime fundiário brasileiro no período imperial. Dispôs, inclusive, sobre as normas a serem seguidas no que dizia respeito às terras dos índios. As por eles ocupadas lhes foram asseguradas, permanecendo inalienáveis e de seu usufruto exclusivo, como na legislação anterior. Além disto, ao definir o que se entendia por terras devolutas, esta Lei estipulou que parte delas fosse reservada para a "colonização dos indígenas".

O registro das terras por meio de livros a serem enviados ao governo foi tarefa árdua, complicada pela falta de funcionários e pela resistência de grupos políticos e econômicos. Até os próprios presidentes das províncias muitas vêzes dificultaram o cumprimento do que dispunha a Lei. A demora e o descompromisso no executar das mudanças estipuladas pela nova política fundiária propiciou a freqüente invasão de terras indígenas, deixando essas populações sem o devido atendimento a seus direitos mais elementares.

Valle localizou o "Livro de Registro de Terras da Freguesia da Barra do Acaracú", datado de 1855-1857, onde o vigário Antonio Xavier de Castro e Silva, para dar cumprimento ao estabelecido pela Lei nº 601, fez registrar as terras dos Tremembé de Almofala.

Acervo ISA

Informa o autor: "São 22 registros de terra que foram concedidos aos índios de Almofala, sobretudo um deles, página 101 (nº 695), de 18 de março de 1857, se constitui de "uma legoa de terra quadrada cita na Povoação de Almofala desta Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Barra do Acaracú, cuja legoa de terra foi dada por sua Majestade para residência e subzistência dos indios daquella Povoação, ..." (Acaracú, 1857:101). Todos os registros foram apresentados pelo Curador dos Índios, Francisco Xavier Teixeira, e pelo vigário de Acaraú, supracitado" (VALLE, 1992:30). Mais adiante, acrescenta: "O registro da doação da légua em quadra da Povoação de Almofala e das demais posses dos índios incluem os seus limites, que até hoje são conhecidos pelos Tremembé da região, inclusive de maneira bem pormenorizada. É essa extensão que se reivindica hoje e os registros constituem elementos comprovadores de que a memória social e a tradição oral dos Tremembé possui ampla dimensão temporal e capacidade de transmissão e persistência" (VALLE, 1992:31).

O autor comenta, no entanto, que: "Se a Almofala alcançou a regularização pela doação de terra legítima que os índios ocupavam, depois a doação não se viu cumprida e foi totalmente violada por meio de invasões e registros de terra" (VALLE, 1992:65).

Alguns anos depois da doação acima, o Relatório da Repartição dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, de 1862, diz que as antigas aldeias deviam ser consideradas extintas, já que seus habitantes estavam se dispersando e os terrenos das aldeias encontravam-se invadidos por estranhos. Estavam-se tomando providências para "... aviventar os rumos de algumas sesmarias de aldeias de indios, distribuir por aquelles que ainda existirem a porção de terras que precisarem para sua cultura, e para vender, e arrendar o restante" (REL. NEGÓCIOS AGRICULTURA, 1862:58).

Apesar do Ministro Couto Ferraz ter criado comissões de medição de terras públicas, pensando combater a invasão das áreas indígenas, Moreira Neto observa que elas acabaram por acentuar o processo de liqüidação do patrimônio indígena e preparar a extinção dos aldeamentos (cf. MOREIRA NETO, 1971).

Acervo ISA

A última referência a índios encontrada nos relatórios dos presidentes da província do Ceará data de 1863,quando o então presidente da provícia, José Bento da Cunha Figueiredo Junior, refere-se às terras dos "Trambabes de Almofala,no termo do Acaracú", assim como às de outros indígenas, noticiando que seus "... respectivos patrimonios territoriaes foram mandados incorporar á fazenda por ordem imperial, respeitando-se as posses de alguns indios" (REL. PRES. PROV. CEARÁ, 1863). A partir de então omite-se o assunto nesses relatórios.

Conforme enfatiza Moreira Neto, através de uma única decisão administrativa foram considerados extintos os aldeamentos indígenas do Ceará, mas esses procedimentos oficiais de extermínio dos aldeamentos nem sempre cumpriram seu propósito final, que era a extinção das próprias comunidades (cf. MOREIRA NETO, 1982:5).

Em fins do século XIX (1896 ou 1898) uma duna soterrou o povoado de Almofala e seus moradores tiveram que mudar-se para as vizinhanças. Cerca de quarenta e cinco anos mais tarde a duna começou de novo a movimentar-se e a deixar reaparecer a antiga povoação. Os próprios índios, revesando-se,passaram dias e noites tirando a areia que restou e que invadia a igreja e demais construções. Para lá voltaram logo que puderam e a lembrança desses acontecimentos permanece ainda viva entre os habitantes locais.

A persistência de comunidades coesas, constituídas de indivíduos diferenciados da população regional envolvente, impressionou Hohenthal Jr., que comenta ser este fato surpreendente, diante de mais de quatro séculos de dominação cultural européia e, particularmente, tendo em vista que elas estiveram sujeitas a muitas perseguições, principalmente durante o intervalo entre o fim da Junta das Missões e o estabelecimento da Diretoria Geral de Índios, no período colonial, assim como entre a extinção dessa Diretoria e a fundação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), no Brasil independente (cf. HOHENTHAL JR.,1960).

O caso dos Tremembé é mais um desses a que se refere o autor e sua perseguição ainda continua. Com a recente valorização econômica da região, encontram-se sujeitos à invasão

Acervo ISA

cada vez mais intensa de suas terras por estranhos, à expulsão de seus locais de origem, a explorações e humilhações de todo tipo.

Em nossa recente viagem a Almofala registramos a história oral de seus habitantes através da gravação de grande número de entrevistas. Também localizamos, tendo os índios por guias, dois antigos marcos (vide fotos) da "terra do aldeamento" (como dizem), além da maioria dos pontos onde se encontravam os demais marcos que, segundo depoimentos, lá ainda se achavam há pouco mais de vinte anos.

A memória dos Tremembé de Almofala, como pode ser demonstrado pelos relatos colhidos, assim como os marcos citados acima, parecem remontar à época da doação registrada em 1857, sendo os limites da terra "aviventados" então, de acordo com o informe que aparece no Relatório dos Negócios da Agricultura de 1862, já referido. O antropólogo Carlos Guilherme O. do Valle é da mesma opinião, conforme citação acima (NOTA 3).

As categorias "terra do aldeamento" e "terra da santa" são utilizadas pela população Tremembé para se referir às terras doadas a seus antepassados, onde se construiu uma igreja sob a invocação de Nª Sª da Conceição, que tornou-se sua padroeira e cuja história é muito conhecida por todos na região.Os limites da referida terra, que são amplamente conhecidos pelos índios, são aqueles constantes do registro de doação feito em 1857, como já ficou dito antes. Apesar de verem suas terras tomadas por estranhos, os Tremembé sempre alimentaram a esperança de retomá-las.

A história da igreja, para eles, reveste-se de forte simbolismo, ligando-se ao seu sentimento de pertencerem a um grupo etnicamente diferenciado da sociedade envolvente, que mantém identidade própria. Segundo eles, a igreja é sua, para eles foi construída e é o marco central da "terra do aldeamento". Contam que uma imagem de ouro da santa teria sido encontrada,por seus antepassados, nos mangues perto da praia. Construiram uma capela para a imagem, mas a rainha soube e pediu-a. Em troca deu lhes uma outra imagem da santa e mandou construir a igreja, com material enviado da Bahia.

Acervo ISA

Depois de passar quase cinqüenta anos sob as areias da duna que a soterrou, já em ruínas, a igreja acabou por ser tombada pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico da União em 1980 e restaurada durante a primeira metade daquela década. Imagens e outros objetos de valor que existiam na igreja haviam sido levados, anteriormente, para Sobral, contra a vontade dos índios, num episódio que ficou marcado dolorosamente em sua memória.

Dando consistência a este sentimento de origem e pertinência à "terra do aldeamento", e reforçando-o, usam largamente as categorias "de dentro" e "de fora" para diferenciar índios de não-índios. Como, oportunamente, comenta Valle: "a distinção entre pessoas que "nasceram e se criaram" na "terra do aldeamento" e aquelas que são de "fora" opera como um dos qualificadores mais utilizados para o contraste étnico, especificando quem é Tremembé e quem não é" (VALLE, 1992:8-9).

O registro nº 695, de 18/3/1857 (ANEXO VII), encontrado pelo autor, confirma a tradição vigente na região, segundo a qual a "terra do aldeamento" mede uma légua em quadra, com a igreja servindo de pião, ou seja, uma légua (da época da doação) para cada lado da igreja.

Devemos lembrar, aqui, que a área da légua que ía da igreja até o mar está hoje muito diminuida em conseqüência do fenômeno geológico que vem ocorrendo ao longo das últimas décadas, através do qual o mar está invadindo paulatinamente os terrenos da orla marítima e adentrando cada vez mais em terras antes cobertas de vegetação e habitações.

É do conhecimento de todos que os pontos extremos da "terra do aldeamento", no litoral, são a Lagoa Luís de Barros e a Lagoa do Moreira, englobando esta terra, além da vila de Almofala e das citadas lagoas, as seguintes localidades: Tapera, Amaro, Córrego Preto, Varjota, Torrões, Urubu, Mangue Alto, Camboa da Lama, Saquinho, Lamarão ou Lameirão, Curral do Peixe, Boa Vista, Lagoa do Boi, Cabeça do Boi, Passagem Rasa, Panã, Barro Vermelho, Comum, Alegre, Praia, Aningas, Lagoa Seca, Morro Alto, Barra da Tijuca, Marcação e mais algumas outras.

A localização de sítios arqueológicos na Área

Acervo ISA

é dificultada pelo intenso processo de revolvimento do solo motivado pelas atividades agrícola, pecuária e de construção de casas, estradas, poços, etc.. Ainda assim são numerosos os depoimentos de índios que encontraram locais de antigas moradas de seus antepassados e outros vestígios de suas atividades no terreno, além de terem achado artefatos diversos produzidos pelos mesmos, tais como cachimbos e botijas de cerâmica, machados e moedores de pedra, cacos de panelas e de alguidares de cerâmica, etc., que guardam como relíquias.

É rico o potencial arqueológico da "terra do aldeamento", pois mesmo sofrendo o forte processo de destruição acima referido, ainda nos foi possível, nos poucos dias de que dispusemos para trabalhar na Área, localizar e identificar quatro sítios-habitação, com presença de restos de cozinha (ostrea sp., anomalocardia brasiliana e outras espécies de moluscos, vértebras de peixes, assim como ossos de animais de pequeno porte),cacos de cerâmica e sedimentos escurecidos pela presença de matéria orgânica, inclusive carvão (ANEXO VIII). Se tivéssemos tido a oportunidade de dedicar mais tempo à prospecção arqueológica na região,teríamos localizado outros sítios e alguns, talvez, melhor preservados e com condições mais adequadas para a coleta de amostras para datação.

O processo de apropriação de terrenos dentro da "terra do aldeamento" desencadeou-se, principalmente, a partir da década de 1940, quando o povoado de Almofala voltou a ficar a descoberto, depois de cerca de meio século soterrado. Intensificou-se nos últimos anos, devido à crescente valorização econômica da área como produtora de lagosta e côco-da-baía, assim como pelo crescimento comercial.

O procedimento corriqueiro adotado pelos "de fora" tem sido a pressão sobre as famílias indígenas para a compra de alguns coqueiros que possuem em seus terrenos. Uma vez efetuada a compra, a preços baixíssimos, a família é obrigada a desocupar o local, que é logo cercado e quase sempre a cerca engloba uma área maior do que aquela que foi efetivamente comprada. Quando não ocorre a desocupação, é deixada apenas a casa para usufruto da família e há situações em que, dando-se o deslocamento desta,

Acervo ISA

caso idêntico se repete no novo local de estabelecimento. As áreas cercadas são logo plantadas com coqueirais, para garantir a posse. Muitas vêzes tem ocorrido das famílias indígenas se verem obrigadas a comprar dos novos donos um pedaço de terra para instalar suas moradias.

Caminhos tradicionais da população têm sido cercados, obrigando os moradores a buscar caminhos alternativos. Locais onde colhiam produtos para sua subsistência e matéria-prima para confecção de artefatos estão se tornando, paulatinamente, inacessíveis, devido às cercas e ameaças.

Conforme diz Espírito Santo, em seu relatório para a FUNAI (1986:9): "Almofala é hoje, fora as ruas nas proximidades da antiga igreja, um emaranhado de becos e cercas; uma materialização da forma como estão sendo indevidamente apropriadas as terras locais". E mais adiante: "O que até a pouco era amplo, sem cercas e coberto de cajueiros, hoje está ocupado por cercas e coqueiros, quase não havendo mais áreas livres, nem para fuga".

Os constantes deslocamentos que vêm sofrendo têm provocado revolta entre os Tremembé.

A história recente de uma parte da "terra do aldeamento", que fica na margem direita do Aracati-Mirim,confere-lhe uma certa especificidade. Em fins da década de 1970 as glebas Patos e São Gabriel foram adquiridas pela firma agroindustrial DUCÔCO (vide ANEXO XVIII, LVA nº 33) e logo após as glebas Bitiquara e Aguapé também foram compradas por duas outras empresas pertencentes aos mesmos proprietários da DUCÔCO (cf. VALLE, 1992). A Tapera, região contígua às glebas acima e pertencente à "terra do aldeamento", era habitada, na época, por numerosas famílias indígenas. No início da década de 1980 estas foram de lá retiradas pela DUCÔCO, em certos casos à força e com violência, alegando estar a Tapera incluída em sua propriedade, onde objetivava cultivar côco-da-baía.

Várias famílias mudaram-se para a Varjota, Amaro e Córrego Preto, localidades vizinhas, onde tinham parentes e que também eram consideradas como fazendo parte da Tapera. Outras famílias, não tendo para onde ir, conseguiram permissão da empresa para ocupar uma estreita faixa do terreno, lugar antigamente conhecido pelo nome de Zubarana, onde se formou um àglomerado de casas sem

Acervo ISA

qualquer espaço para plantar ou criar animais, com vaga configuração de arruamento, que passou a ser chamado de Vila do Côco.

Os moradores da Varjota, Amaro e Córrego Preto, sentindo-se ameaçados e prevendo sua possível expulsão destas localidades, solicitaram auxílio à Comissão Pastoral da Terra, da Diocese de Itapipoca que, desta forma, começou a apoiar a comunidade. Com a ajuda do advogado Antonio Pinheiro de Freitas, moveram um processo jurídico contra a DUCÔCO e conseguiram a posse de 399,94 hectares de terra pelo usucapião, onde vivem hoje quase 400 pessoas, dedicadas principalmente à agricultura. A maioria está afiliada ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itarema, que teve um índio por presidente até há pouco tempo atrás.

Desejando manter a tradição da "terra do aldeamento" e retomar a Tapera, hoje coberta de coqueiros, tanto os habitantes da Vila como os da Varjota, Amaro e Córrego Preto estão unidos aos índios das demais localidades na sua reivindicação para que a FUNAI regularize as terras de ocupação imemorial de sua gente.

Nos últimos anos os Tremembé têm encontrado ajuda para suas reivindicações através da Missão Tremembé, autodenominação de um pequeno grupo de missionários liderados pela Sra. Maria Amélia Leite, de Fortaleza, com o apoio da Diocese de Itapipoca.

Deve-se registrar, ainda, que na localidade de Torrões, bem na foz do Aracati-Mirim, vem-se desenvolvendo,há pouco mais de vinte anos, um porto pesqueiro, com um povoado onde vivem muitas pessoas "de fora", desde que se instalou no local uma firma dedicada à pesca da lagosta, que mantém frigoríficos e incentiva o comércio. O novo prefeito de Itarema, eleito a 3 de outubro, é o dono da mencionada firma.

Os depoimentos transcritos a seguir podem atestar e exemplificar o que foi dito até aqui.

Sobre a história da igreja:

"Essa minha avó contava, que a avó dela contava, que ainda não tinha essa igreja aí de Almofala. Que era a indiarada, tudo mato. Parece que eles, cavando uma cacimba, descobriram enterrada uma coisa amarelinha. Foram cavando e descobriram que e

Acervo ISA

ra uma pessoa, era a santa, pois é, a santa. Aí arranoaram, fizeram um cálculo que fosse um santo e fizeram uma casa de talba e ramo pra ela. Saiu pro meio do mundo uma notícia pro lado onde a rainha mora, esse Portugal. Por lá noticiaram esse negócio. Aí chegou por aí e disse: eu vou mandar fazer uma igreja pra vocês, vocês tem vontade de orar? Era uma santa de ouro, minha avô dizia. Mandou o material todo de lá. Parece que o material veio todo da Bahia. Veio sim. Aí fizeram a igreja e na hora da igreja feita, ela fez um jogo. Ficou com a santa lá e trouxe outra. Levaram-se embora a santa. Quando o morro entupiu a igreja carregaram os santos todos para Sobral. Foi é pau ..." (José Alves Ribeiro, conhecido como Zé Galina).

"Aí fizeram o torém, embriagaram tudo que foi índio e quando amanheceu o dia, cadê a santa? Cadê nada! Carregaram São Benedito, carregaram São Sebastião, carregaram o Divino Espírito Santo, e me carregaram São Miguel. Aí o finado Coutinho contava, quando estava aqui, e ali tem uma índia velha, e minha mãe sempre contava também, que tinha um cajueiro e aí veio, não sei se foi pelo lado de cima ou pelo lado de baixo, que aí foi muito pau e foi muito sangue. E aí morreu tanto do índio em briga, que dava até desgosto. Como de fato, quando endireitaram essa igreja eu vi os caixão de pau de mangue, como daqui a acolá, feito aquelas valas. Eu vi. Osso, meu cristão, dos índios" (Maria José Santos Souza, conhecida por Zeza).

"O nome da santa que apareceu, a primeira, era Nª Sª da Conceição. Os índios velhos chamavam ela Maria Labareda, porque ela era de ouro. Toda feita de ouro" (Maria Mulato).

"Fizeram uma igrejinha de ramo e foram adorar ela. Acharam a santinha nos mangue da praia. Eu, menina, já grande, me lembro, assim minha mãe contava. Pois é, aí foram adorar essa santa. Aí parece que depois, cumé que foi, foi sabido da Princesa Izabel, acho que foi ela. E aí mandou construir essa igreja velha, mas quem fez foi da Bahia. Veio tudo da Bahia. Agora quando consertaram ela, eles num fizeram tudo direitinho como era não, não fizeram não. Enterravam gente lá. Eu sei que essa santa de ouro carregaram. Depois eu sei que mandaram fazê essa outra" (Maria João dos Santos Oliveira, filha do velho João Luiza).

Acervo ISA

Sobre o processo de apropriação das terras pelos "de fora":

"Pois bem. Tá bom. Naqueles outros tempos,era um tempo de fartura. Foi o tempo em que a igreja tapou de terra. Ainda se juntava, eu, como mais pequena e o Raimundo. Aí o papai dizia que subia com nós, com uma quenguinha de côco na mão e ía lá em riba e tirava a areia e nós vinha descendo de morro abaixo. E desse jeito foram tirando a areia, foram tirando a areia, inté que taí a igreja de Almofala. Mas lá tem uma sujeita aí de fora, que ela não é daqui, ela disse que a igreja é dela e quem manda é ela.E no tempo que foram restaurar a igreja tinha aquele montão de pau, de caibro, de telha, nós pedimos pro Tarcísio, que ele não é daqui também. E aí ele diz que não dava não, que era pra mode levá para o museu. E eu disse: e o que é museu? É ali onde tem as coisas antigas. Deu foi tudinho, minha irmã, e vendeu. Adonde eu, a Joana, a Geralda, os índios, nós não ganhamos nada. Nós pobre num tem vez aqui. E de lá pra cá nós viemos sofrendo, viemos sofrendo... Este povo rico tomando as nossas terra e tomaram foi tudo. Tomaram foi tudinho e num tem uma beirada para dizer assim: esta beirada aqui tá desocupada" (Maria José Santos Souza, a Zeza).

"Do lado de lá desse córrego era um tabuleiro de puçá, cajueiro, murici, e minhas casinha e de minha mãe era lá dentro dos tabuleiro. Agora tomaram conta. E quem compra tanto assim? Toma conta daqui, toma conta de lá, e agora, tá tudo tomado" (Joana Henrique dos Santos).

"Outra coisa que tinha ali, que também eles arrancaram, foi de fora, era o cruzeiro que tinha na porta da igreja. Esse foi por intermédio do Tarcísio. Pelo menos ninguém queria,mas nessa época que ele estava nessa idéia, dizia que era lá a prefeitura, que era a prefeitura quem mandava, mas nós toda vida fiquemos contra, num é? Que pelo menos esse cruzeiro foi feito com a igreja, num é? Depois, tá lá embaixo, na porta do cemitério, pra cima um pouco. Mas aquilo ali era ali na porta da igreja. Essas coisas tem ido assim devido que ninguém tem direito de manobrar para ficar pelo menos do jeito que a gente encontrava. Foi pelo menos na era de 40, por aí assim, que eles começaram a chegar. Construiram novamente a igreja. Quem começou foi o Antonio Barroso. Depois

Acervo ISA

que tiraram a areia, né? Aí ele começou, ajeitou, mas antes de terminar, o dinheiro dele acabou-se, até que ele arretirou-se.Mas ficou alguma coisa pra terminar. Aí o finado Chico Souza foi quem começou, levantou uma casa dali, outra dali, aí começaram festa, foi chegando mais alguém, que foi fazendo a rua. Desse tempo pra cá a gente foi perdendo o direito, até que perdeu completo. Pelo menos, a idéia que a gente tem, essas coisas que a gente sofre,pelo menos, é isso né? Cada pessoa que chega tem poder, né? Chegam com mais recurso. Vão dando direito àqueles que chegam. Sabem que a gente... Nós comecemos esse negócio, já tava quase tudo perdido, devido o pessoal não terem aquele direito, nem de pelo menos relembrar aqueles costumes. Quando se acaba costume, acabou-se o que a gente tem. Ainda, pelo menos, quando existe costume, ainda tem alguma coisa. Quando se acaba costume, não existe mais nada, né? E eles queriam que a gente perdesse todos os costumes, né? Mas, aí, sempre acredito que aquele pai do céu não abandona a gente, ele não vem dizê à gente o que a gente pode fazê, mas pelo menos ele dá aquele tino na cabeça da gente, do que a gente pode fazê" (Vicente Viana Damasceno).

"Do mar, esse ano, ninguém teve nada. Aqui é tudinho dificuldade. Aqui é tudo cercado, inté as lagoa. É tudo cercado, as lagoa. Como ali que tem uma lagoa, a lagoa Verde. Faz um tempo o Raimundo foi lá pescar, anunciaram até cadeia. Aí Raimundo disse: Bom, no tempo que vocês me pegarem de olho nos coqueiro de vocês, podem dar parte mesmo. Mas procurando recurso, que Deus dá, pra se cumê, tô procurando de cumê pra minha família. E você acha que é de acerto, né? Pra que é que serve? Como aqui tem um mundo de terra, um mundo mesmo. Nem plantam, nem dão de metade,só pra dizê assim: é minha, pra tê o gosto de dizê é minha. Você sabe que gente pobre não tem vez, né? E rico é que tem vez. E por isso um diz assim: é meu, ninguém meta a mão, que é meu. Pois bem, mas nós que somos filho natural daqui? O Raimundo também. É filho natural da Camboa da Lama. Índio também. E por isso, nós temos muita vontade de ganhar o que já tomaram nosso. Meu cristão,essas terras aqui são tudo terras dos índios. Agora, chegaram esse povo aqui, que não são daqui. E aí, chegaram aqui e aí tão. Aqui, nem um pinto se pode criar, a senhora acredita isto? A Joana ali,

Acervo ISA

índia velha, filha da finada Chica Nunes, mora por ali assim, numa quenguinha, já comprou, teve que comprar" (Maria José Santos Souza).

Sobre a relação família/localidade:

"Muitas famílias morava tudo perto. Outras morava mais longe. Faziam as casinhas assim tudo perto. Fazia pra acolá, e pra acolá assim, tudo pertinho. Ali era uma aldeiazinha" (Maria Cândida da Guia do Amaral).

"De primeiro as famílias nascia e se criava e ficava tudo perto. Morria tudo e não desapartava ninguém. As famílias grandes, de primeiro, até de 15 filhos, ficava tudo velho, tudo ao redor de casa, não saía ninguém pra longe" (Sr. Plácido).

"De primeiro num tinha isto. Hoje o pessoal que tem ainda o sangue dos índios não pode se governá. Só querem butá a gente daqui pra fora" (Maria Mulato).

"A terra é nossa. Eu nasci e fui criada aqui.Eu tenho neto, eu já tenho bisneto. Agora não tem onde um neto faça uma casa. Essa nossa terra é essa dos índio velho, dessa nossa aldeia" (Joana Henrique dos Santos).

"É essa terra que foi dos nossos avós e bisavós. E a gente, que tem sangue deles, nós somos tudo de uma aldeia só" (Francisco Marques do Nascimento, conhecido por João Venâncio).

Sobre a terra reivindicada:

"Este terreno, é só um terreno só. Tem só a divisão do rio. Quer dizer que Varjota fica do outro lado do rio e, assim, somos um povo só, mas é duas localidades: Varjota e Almofala. A Varjota é pequena, o pessoal de lá tá aumentando e tem a outra parte de terra do aldeamento que tá do outro lado de lá. Nós queremos, se tudo der certo, se acontecer a demarcação dessas terras. Trezentos e pouco hectares nós conquistamos pelo usucapião.A outra parte tá na mão de uma empresa, a empresa DUCÔCO. A história é essa. A extrema passa no Córrego Preto, lá onde nós mora. O travessão vai bem assim. Vai tirando lá pro Forno Velho" (Antonio Valdir de Orlanda).

Acervo ISA

3. OCUPAÇÃO E UTILIZAÇÃO DA TERRA PELOS TREMEMBÉ:

Os Tremembé de Almofala dedicam-se à pesca e à agricultura atualmente.

Os que vivem mais próximo à praia são eminentemente pescadores e suas casas são, na maioria, de palha, embora também haja muitas de taipa. Sua alimentação básica vem do mar, das lagoas e do mangue: peixes diversos, lagostas, camarões, siris, caranguejos, búzios, ostras, sororôs.

Os que vivem mais para o interior dedicam-se, principalmente, à agricultura de subsistência e vivem em casas de taipa, a maioria. Plantam e consomem, basicamente, mandioca, feijão, milho e batata. Há algumas "casas de farinha", bem rudimentares, para produzir goma e farinha de mandioca. Beiju e feijão com farinha são pratos do seu cotidiano. Também pescam no rio Aracati-Mirim.

Apesar da ênfase numa ou noutra atividade econômica, como ficou dito acima, deve-se frisar que comumente as duas coexistem num mesmo grupo doméstico.

Mas o mar nem sempre é pródigo e os terrenos cercados, invadidos, como descrevemos no ítem anterior, não deixam espaço suficiente para as roças e para a criação de animais domésticos nos exíguos quintais de que dispõem as casas indígenas atualmente. Quando muito, plantam uns poucos pés de mandioca, batata, feijão ou milho e criam algumas galinhas. Pouquíssimos são os que dispõem de animais de carga, como um cavalo, burro ou jumento.

Dizem que, no passado, havia abundância de caça e que os homens saíam em grupos para caçar e pescar com seus arcos e flechas. Hoje, segundo os informantes, os animais sumiram, se acabaram e poucos são os homens que ainda saem para caçar, de vez em quando, usando, agora, armas de fogo.

As caças mais apreciadas, de que muitos se lembram ter comido na infância e juventude, eram: peba, tatu, mambira (como chamam o tamanduá), cotia e pássaros como graúna, curruipião, golinha, galo de campina, anum, etc.. Alguns também mencionaram a onça como caça muito valorizada entre eles, no passado.

Acervo ISA

O côco-da-baía e o caju são largamente consumidos, assim como algumas outras frutas nativas da região. No período do ano em que os cajueiros frutificam (principalmente de setembro a novembro) os Tremembé preparam uma bebida de caju fermentado a que denominam mocororó. É nesta época do ano que mais "brincam" (como dizem) o torém, uma dança de roda típica de seu povo, sempre acompanhada do apreciado mocororó.

A ocupação indiscriminada da Área por não-índios, provocando a escassez de matas pelo aumento das construções e dos coqueirais é, sem dúvida, responsável pelo desaparecimento da caça e diminuição de muitas espécies vegetais usadas pelos Tremembé para sua alimentação (cajueiros, puçazeiros, muricizeiros, mucunã de caroço, etc.), para curar suas doenças (ervas e raízes diversas), para construir suas casas (madeiras várias) e para confeccionar artefatos (palha de tabuba do mangue, por exemplo).

O censo populacional foi feito sob a coordenação do GT, com o auxílio direto dos próprios moradores de cada localidade.

Vivem na Área, hoje, 332 famílias indígenas, que somam 2.247 pessoas. As famílias nucleares são numerosas, sendo comum o casal ter de 8 a 10 filhos. Distribuem-se pelas diversas localidades, que formam, em conjunto, a "terra do aldeamento" e cujos limites são do conhecimento dos adultos do grupo. Uma ou mais famílias extensas (quando mais de uma, mantendo relações de parentesco entre si) vivem em cada localidade, de onde se consideram originárias.

Mesmo com o intenso processo de desarticulação da organização social do grupo provomido pelas constantes expulsões das famílias de seus locais de origem, pode-se observar, através da listagem de moradores de cada localidade e dos depoimentos deles no que tange ao seu local de origem, a conexão família-localidade. Por exemplo, a predominância da família dos Santos na Passagem Rasa; a grande incidência das famílias Felix e Jacinto, entre outras, na região do Lamarão ou Lameirão, Saquinho e Boa Vista; numerosos representantes da família Nascimento espalhados em diversas localidades, mas sempre se remetendo à Lagoa Seca, hoje ocupada por pessoa "de fora", como seu local de origem, e assim por diante.

Acervo ISA

A população Tremembé atual, entretanto, é mais numerosa. Dezenas de famílias, ao longo dos últimos anos, têm-se mudado para outros locais do Ceará e até mesmo para o Maranhão em busca de melhores condições de vida, na medida em que suas terras têm sido cada vez mais invadidas por pessoas de fora da região, cercando terrenos e deixando-as sem espaço para construir suas casas e fazer suas roças. É provável que muitas destas famílias voltem à Área, onde deixaram seus parentes, a partir do momento em que esta fôr demarcada pelo governo federal.

Por outro lado, há que se mencionar que as freqüentes ameaças e pressões sofridas pelos índios, assim como, em certos casos, as relações de parentesco e amizade de alguns com pessoas "de fora" (ocupantes de terras e comerciantes), que têm algum tipo de ascendência sobre eles, foram motivos para que muitos, amedrontados, negassem sua identidade ou, em alguns casos, confirmassem a identidade indígena, mas declarassem que não queriam ser incluídos no censo da população e na reivindicação pela terra.

Se somarmos também estes e os que vivem fora da Área, seguramente podemos dizer que a população Tremembé de hoje excede a soma de 3.000 indivíduos.

No entanto, trabalhamos neste relatório com os dados obtidos pelo censo que realizamos, totalizando 2.247 pessoas que vivem na Área e reivindicam, unidas, que o governo federal regularize suas terras, para que delas possam usufruir, conforme a legislação vigente.

Hoje em dia esta população acha-se mais concentrada numa parte da antiga "terra do aldeamento", que corresponderia, grosso modo, à cerca de metade do território doado ao povo Tremembé no século passado. São 37 casas na Vila do Côco; 59 famílias na Varjota, Amaro e Córrego Preto; 56 famílias na Praia, Almofala e Comum; 21 na Passagem Rasa, Cabeça do Boi, Lagoa do Boi e Curral do Peixe; 73 no Barro Vermelho e Camboa da Lama; 17 no Panã; 41 no Lamarão ou Lameirão, Saquinho e Boa Vista; 14 na periferia da Tapera (hoje coberta pelo coqueiral da DUCÔCO); 9 no Urubu e Mangue Alto; e 19 espalhadas em outros pontos da "terra do aldeamento". Encontram-se sem condições de aí viver e produzir, uma vez que os "de fora" estão se apropriando rapidamente dos terrenos e

Acervo ISA

expulsando-os.

Num processo de empobrecimento muito acentuado, na proporção em que se acham cada vez mais sem terras para cultivar e sem recursos para comprar e manter embarcações de pesca, que não mais confeccionam conforme o costume antigo, os Tremembé estão se tornando mais e mais dependentes da sociedade envolvente,sob os mais variados pontos de vista.

Grande número dos pescadores trabalha para a firma lagosteira de Torrões. A maioria dos moradores da Vila e de outras localidades próximas está empregada no coqueiral da DUCÔCO.Há os pescadores que se mantiveram independentes, mas que precisam vender os peixes para membros da sociedade envolvente.

A falta de atendimento às suas necessidades mais elementares, acrescida da aquisição paulatina de hábitos e gostos da sociedade envolvente, que gera novas necessidades, os faz procurar outros tipos de trabalho também, já que vão se tornando cada vez mais dependentes do dinheiro para suprir tais necessidades.

Esta dependência econômica os torna vulneráveis às pressões dos "de fora", que consideram ricos e poderosos, gerando o conflito entre o desejo e a necessidade de reaver a terra que sabem que por direito lhes pertence e o medo das ameaças e represálias, que podem representar a perda de empregos, de favores, de suas habitações e até da própria vida. Os conflitos com mortes,por causa da terra, num passado recente, ainda estão vivos na memória do povo. Este fator leva muitos deles a dissimular sua identidade indígena ou a manipulá-la de acordo com as circunstâncias, se favoráveis ou não. É o resultado do longo convívio com membros da sociedade envolvente interessados em aumentar seus domínios às custas da anexação dos territórios indígenas e da exploração dos índios como mão-de-obra barata, fenômeno este, aliás, fartamente observável em diversos pontos do país, agora como no passado.

Embora as freqüentes expulsões dos índios de seus locais tradicionais de habitação tenham provocado significativa desarticulação sócio-cultural no grupo, os Tremembé continuam mantendo formas próprias de se organizarem, usos, crenças e tradições, que dão suporte a uma identidade diferenciada. Esta também é reforçada, conforme já foi exposto, pela auto-identificação como índios

Acervo ISA

Tremembé, originários da antiga missão, nascidos e criados na "terra do aldeamento" ou "terra da santa", contrastando os "de dentro" da terra com os "de fora".

A igreja de Nª Sª da Conceição de Almofala, os antigos marcos da terra (tanto os ainda existentes como os locais onde estavam os outros) e algumas localidades, como a Lagoa Seca (onde, em época recente, seus moradores mantinham vivos os costumes e tradições do grupo e eram, por isto, respeitados e admirados por todos), revestem-se de forte simbolismo. São referenciais que os remetem à consciência de sua identidade particular.

O artesanato Tremembé é constituído de objetos utilitários em cerâmica e em palha (de tabuba e de carnaúba), assim como de adornos de conchas, búzios, sementes, bambu e vértebras de peixes. Também fiam e tecem o algodão.

Os objetos de palha, tais como esteiras, sacas, cestos, urus (para peixes, principalmente), urupemas (= peneiras), bolsas e chapéus, são confeccionados tanto por homens como por mulheres. A produção de "louça de barro" (como chamam a cerâmica), que inclui potes d'água, panelas, alguidares e pratos; de adornos (colares, pulseiras, brincos e anéis); assim como de redes de algodão é trabalho feminino.

Um velho Tremembé, morador da Lagoa do Boi, mostrou-nos um arco e flecha que confeccionou há tempos atrás e guarda cuidadosamente, para mostrar aos visitantes como eram os arcos e flechas que viu em uso na sua juventude.

As poucas ceramistas ainda existentes vivem no Lamarão ou Lameirão, onde há bom barro para a produção de seu artesanato, como o próprio nome da localidade sugere. Mostraram-nos os locais onde colhem a argila adequada ao fabrico dos objetos, a areia que usam como antiplástico na massa e as argilas de que fazem as tintas branca e vermelha com que pintam e decoram as peças. Fizeram demonstração da forma de confeccionar e de queimar os objetos. Usam o sistema de roletes típico de comunidades indígenas ceramistas. Também se queixaram conosco de estarem sendo impedidas de continuar praticando seu ofício, na medida em que os terrenos estão sendo cercados, o que impede o acesso aos locais de coleta de matéria-prima, além dos solos destes locais estarem sendo revol

Acervo ISA

vidos e utilizados para outras finalidades, diminuindo a quantidade e a qualidade das argilas apropriadas.

Na Varjota, Amaro e Córrego Preto usa-se fazer mutirão para fiar o algodão. Através do trabalho coletivo os Tremembé destas localidades atualizam os laços de solidariedade do grupo: têm uma roça comunitária na terra de sua posse, construíram um salão para suas reuniões e aí se encontram para decidir tudo o que possa ser do interesse geral da comunidade.

O trabalho coletivo também está presente nas demais localidades, embora menos freqüente. As mulheres que confeccionam adornos e vivem na região da Praia e Barro Vermelho se juntam para coletar os materiais utilizados, muitas vêzes auxiliadas pelas crianças. Gostam de trabalhar em pequenos grupos, conversando enquanto montam as peças. Na construção de casas, parentes vizinhos ajudam o dono da casa a coletar madeira e barro, assim como a levantar as paredes e a fazer o telhado.

Várias casas da região da Varjota, Amaro e Córrego Preto são decoradas internamente, em todos os seus cômodos, com pinturas feitas pelas mulheres que as habitam. Tais pinturas, feitas com pigmentação vermelha e branca obtida de argilas colhidas às margens do Aracati-Mirim, no lugar conhecido por Lagamar, têm motivos geométricos, florais e faunísticos, lembrando muito a decoração das peças de cerâmica de que já tratamos e constituem significativa expressão da cultura Tremembé.

Uma vez que a FUNAI ainda não instalou um Posto Indígena na Área e não presta assistência médico-sanitária e educacional à população, os índios utilizam os recursos do próprio município de Itarema, o qual pertencia a Acaraú, emancipando-se em 1985. A DUCÔCO também oferece uma certa assistência aos que vivem nas cercanias.

Porém, médicos e hospitais só são procurados, na vila de Almofala, em Itarema ou em Acaraú, em casos mais sérios e quando outros recursos deixaram de funcionar. É a medicina tradicional indígena, baseada em práticas xamânicas, com o uso de chás, beberagens, ungüentos e emplastros feitos de grande variedade de raízes e ervas, que é largamente utilizada pelos moradores das várias localidades. Muitas casas têm pequenos canteiros suspensos, a

Acervo ISA

salvo do ciscar das galinhas, onde são cultivadas plantas para esta finalidade e, naturalmente, há algumas pessoas mais conhecedoras das artes de curar, que são respeitadas e procuradas por todos, em caso de necessidade.

A propósito, torém também é o nome de uma planta da qual se faz um chá indicado para problemas estomacais e digestivos em geral. A fava denominada mucunã de caroço serve para se fazer um emplastro que faz vir a furo os tumores. Além disto, fazem goma e farinha de mucunã, de forma a substituir a mandioca, na falta desta. Há depoimentos que mencionam que muita gente não morreu de fome, na última grande seca, graças ao mucunã.

Alguns índios fizeram referência ao tundá,ritual de cura utilizado até alguns anos atrás. Mostraram-nos o local da antiga morada de um pajé, já falecido, onde se praticava o tundá, que consistia na reunião de um grupo de mulheres e homens dançando e cantando em volta de uma fogueira, junto da qual ficava o enfermo e o pajé, que fumava um cachimbo, fazendo uma série de movimentos rituais, emquanto a canção era curta e exaustivamente repetida pelos demais.

São reconhecidos alguns pajés entre os Tremembé, sendo o de maior notoriedade o Sr. Geraldo Cosme dos Santos, atual chefe do torém.

No que diz respeito à educação, há escolas públicas de 1º Grau em Torrões e Almofala. Itarema tem também o 2º Grau. Entretanto, nem todas as crianças indígenas freqüentam as escolas. Algumas não estudam, enquanto muitas outras participam de um sistema alternativo encontrado pela comunidade, no qual, nas diferentes localidades, mulheres Tremembé dão aulas em suas próprias casas para as crianças que vivem mais próximo. Além disto, há relatos de discriminação para com as crianças indígenas nas escolas de Almofala e Itarema, o que acaba afastando, irremediavelmente,aquelas que chegam a freqüentá-las.

Os Tremembé sofrem influências de cultos afro-brasileiros, a que denominam "culto dos encantados".

Freqüentam a igreja católica, sendo comum que se veja mulheres usando um rosário azul e branco ao pescoço e dizendo se afilhadas da santa. Muitos relataram situações em que foram dis

Acervo ISA

criminados por pessoas "de fora" que, ultimamente, tomaram a frente das atividades desenvolvidas na igreja, algumas vêzes não lhes permitindo o ingresso na mesma. Há meses atrás, por exemplo, durante um casamento, alguns índios entraram na igreja, curiosos, para ver a decoração e de lá foram expulsos.

Também há um grupo ligado a seitas evangélicas. Neste grupo houve alta incidência de pessoas que se recusaram a dar seus nomes para o censo e a apoiar a reivindicação da terra, não só por medo das represálias, como já mencionamos, mas também por associarem o GT e a delimitação de uma área de terra para usufruto coletivo dos Tremembé às comunidades de base da igreja católica, cuja ideologia não aceitam.

Houve, também, quem expressasse desconfiança para com o GT por comparação com o INCRA que, na região, não goza de uma imagem favorável. Os índios que apresentaram este tipo de desconfiança têm medo de que a FUNAI atue da mesma forma que o INCRA. Contaram histórias relativas a terras das vizinhanças que, a princípio, foram desapropriadas pelo INCRA em favor dos moradores pobres para, em seguida, serem apropriadas e exploradas pelo órgão. Não nos cabe, aqui, discutir a veracidade dos fatos, mas apenas apontar este como mais um fator que dificultou nosso trabalho em parte e levou alguns índios a não concordarem com a reivindicação e a não se incluirem no censo.

No que diz respeito às lideranças, cada localidade, ou pequeno grupo delas, tem seus líderes naturais que, nos últimos tempos, estão se unindo e tornando-se cada vez mais participantes dos problemas gerais que afetam toda a comunidade Tremembé. Como pudemos observar nos diversos encontros realizados, apoiam a cacique Vicente Viana Damasceno, morador do Barro Vermelho, deixando de lado pequenas divergências em prol da causa comum, que é a retomada das terras do grupo.

Nos últimos três ou quatro anos os líderes Tremembé têm-se articulado com lideranças de outros grupos indígenas do nordeste, promovendo visitas e intercâmbio visando a troca de experiências e informações úteis na luta pela terra, comum a todos, bem como divulgação de suas reivindicações e apoio mútuo.Desta forma, já mantiveram contatos com os Tapeba, os Potiguara, os Tuxá,entre outros.

Acervo ISA

A forma tradicional de utilização e distribuição espacial dos Tremembé na "terra do aldeamento" (agora ameaçada pela chegada de pessoas "de fora", que tomam os terrenos e os cercam, deixando os índios apenas com as casas em que vivem); a pintura em suportes diferenciados (cerâmica e paredes) e a confecção de variada artesanato; o conhecimento e uso de muitas espécies vegetais de propriedades curativas; o simbolismo de que se revestem a igreja e os marcos da terra a eles doada; as práticas alternativas desenvolvidas a partir da discriminação sofrida; a persistência do torém, acompanhado pela ingestão de mocororó, etc. são aspectos que atualizam a distinção e a especificidade dos Tremembé frente aos regionais. Esta forma particular com que concebem e vivenciam o mundo é um indicativo de uma cultura coesa e operante, possuidora de uma lógica que lhes é peculiar.

A contraparte, isto é, a discriminação praticada pela sociedade envolvente, que vai desde o cerceamento ao livre acesso dos índios à igreja e a escolas, até atitudes que buscam ridicularizá-los quando "brincam" o torém (como tivemos oportunidade de presenciar) e declarações enfáticas de que na região "não existem mais índios", antes pelo contrário, confirmam e reforçam exatamente aquilo que tentam negar, ou seja, a existência desse grupo etnicamente diferenciado, cuja cultura se mantém viva e operante a despeito das tentativas de destruição.

As transcrições dos depoimentos a seguir ilustram e comprovam o que aqui foi dito.

Sobre as atividades de subsistência e a necessidade de terra:

"O pior sacrifício que tem aqui é o ramo de pesca. Na pesca, num dá garantia pra comer todo o tempo não. Aqui, você, pra comer uma batata, macacheira, farinha, você tem que comprar, porque num tem lugar suficiente pra plantar. Tem uns terreno que é uma beleza, mas os dono não planta, nem dá pra ninguém plantar. A gente fica só dentro do mar. O dia que o mar não dá, nós tamos tudo lascado. Vamos dar o que aos nossos filhos de comer? Nós somos pescador velho. Nós somos pescador de criança. Mas tem mês que eu passo lá em casa tudo sem nada. Por que? Porque o mar não dá. Porque o mar é o seguinte: quando ele tira pra dar, ele dá, mas

Acervo ISA

também quando ele tira pra tomar, vem e toma por dois mês que ele deu a você. Agora, quando ele tira pra dar, ele dá. Quer dizer que tem que ter essas duas coisas garantidas: a terra no seco e o mar. Aí é suficiente. Porque quando o mar num der, você tira uma batata pra comer. Quando o mar num desse aquela produção, você tinha macacheira, você tinha mandioca pra arrancar e fazer um beiju, tinha um feijão, alguma coisa pra dar pra um menino doente. Alguma coisa a gente tem que arrumar. Nós estamos precisando dessas terras. Por que? Porque nós estamos produzindo família. Essa família que nós estamos produzindo, amanhã ou depois vai produzir mais família. Vai se botar essa família aonde? Dentro do cercado de quem? Porque na área em que eu moro, ali já foi desabitada não sei quantas casa. A maré comeu. O que a maré não comeu, os morros estão entupindo, como eu mesmo, agora, lá em casa. Eu não posso dormir um sono de noite. É a areia. Por que? Porque não tem pra onde ir. Se eu corro pra lá, é o mar. Vai derrubando. Se eu corro pra cá, mais em cima, é o morro. Mais pra frente é as cerca. Ninguém pode entrar. Eu alcancei isso tudo aqui uma aldeia. Esses cercados tudo não tinha, era tudo aberto. E os que chegou de fora se apoderaram dessas terras. E eu, que sou filho nativo do lugar, não tenho nem um lugar pra fazer uma morada. Nós somos índio, como nossos avós. É como diz o ditado, filho de guaxinim, sempre é guaxinim, né?" (Francisco Marques do Nascimento, conhecido como João Venâncio).

"Aí o papai vinha caçar mais os outros índio, como o finado Zé Miguel, um índio velho, o marido da tia Chica, o finado Quenga. Aí chegavam em casa com muita caça, muita caça. E aí era peba, tatu, tamanduá. O tamanduá, que é hoje um passo do torém, que imita o tamanduá. É sim senhora" (Maria José Santos Souza, conhecida por Zeza).

"Eles plantavam, íam pescar, tinha os búzios, os siri... Quem viu a Lagoa Seca já não sabe mais. Tá tudo coberto de morro. Lá onde tinha a casa da mamãe, aquele cajueirão... Nós comia era caranguejo, era siri, era búzio, era ostra. No dia que tava com fome, não tinha nada, que o mar não tinha peixe pra gente, a gente corria pra praia, ía buscar atrás de sororô, na lama, a gente via aquela rachadurinha e cavava... Pescavam no mar e no rio. Nesse tempo o rio era aqui pertinho. E tinha o mangue. O man-

Acervo ISA

gue ainda tem. A gente faz bolsa, faz saca, faz uru, pra juntar o peixe, de palha de carnaúba" (Raimunda Cosmo do Nascimento).

Sobre o torém e outros costumes:

"O torém era pertinho, aqui na Lagoa Seca. Este povo que dançava, muitos já morreram, mas ainda tem muitos que dança. No tempo do caju. Para dançar o torém, era assim: se ajuntava aquele bando e dizia que tal dia era pra dançar o torém. No tempo do caju. E aquelas índia velha, eu ainda me lembro, fazia naquele rancho velho, de folha velha e enchia de mocororó, e nós ía dançar o torém. Às vez era de dia, às vez era de noite" (Raimunda Cosmo do Nascimento).

"A mamãe dizia que quando era dia de sábado, no tempo de mocororó, se ajuntava o boló todo dos índios velho e passavam a noite todinha brincando torém, passavam a noite todinha naquela brincadeira. Hoje, ninguém pode nem sair de casa. Porque se sair, eles vêm invadir, tocar fogo numa casa dessa minha. Vai esperar pelos caminhos... Por isso, dona menina, como se diz, a gente é oprimido. Porque, se sai, eles vem tocar fogo no casebre, se está em casa, eles vem bulir no pouco da gente. Como agora, um dia destes, que nós fomos fazer uma brincadeira, quinta-feira de noite, uma brincadeira de torém. Aí aproveitaram a oportunidade e roubaram duas melancias que tio Vicente tinha, só pra fazê gracinha, roubaram milho..." (Maria José Santos Souza).

"O pau de maçaranduba e o fio de algodão. Pra flecha, essa madeira aqui, dá-se o nome de camará. Também fazia de outro pau, mas não é bom como a maçaranduba, não droba assim. São as quatro qualidades de pássaro que davam a pena pra fazê isto, era uma galinha, o capote, a zabelê ou o jacú. A flecha é de camará, o arco de maçaranduba e essa preaca aqui também"(Sr. Plácido).

"Eles fazem uma roda e põe dois dentro, dois homens dentro de uma roda assim. Aí é aquela algazarra, vige Maria! Com umas cabaçonas grande, cheia de vinho de caju. Pegava cum aquela cuinha pequena e bebia o mocororó. O papai brincou muito o torém. Vai até o final. Brincavam o torém e só saía da-

Acervo ISA

li cada um pras suas casas. Às vêzes eles brincava, assim no tempo do caju, era quase toda noite, eles brincava. Quando não, aí tinha missa aí na igreja, aí depois da missa eles ía brincar torém na casa do finado Chico Souza" (Maria João dos Santos Oliveira).

"A dança da aranha é outra dança, num faz parte do torém. O torém é de roda. Agora, a aranha, eles dança de roda e dança trocado, fazendo dois acolá e dois cá, trançando um com o outro. Eu aprendi, mas agora eu num danço mais não. O torém, tudo que eles via, eles fazia uma cantiga. Eles ía passando e viu uma jandaia furando o coqueiro e aí eles tiraram uma cantiga (canta a cantiga). Aí eles íam passando na lagoa, num é, a lagoa ficava da igreja ali pro lado da praia. Aí eles ía passando e eles viram umas tainhazinha saltando. Aí eles tiraram uma cantiga (canta a cantiga)" (Geralda Benvinda de Oliveira).

"A minha avó, que eu ainda alcancei, era filha de uma índia pura. A mãe da minha avó, diz que foi pegada aqui nessas matas daqui mesmo. Pegaram essa índia braba, por aí, com cachorro. A minha avó nasceu aqui na lagoa do Morcego. Era tudo por ali assim, era tudo mato. Mas não tem mais lagoa não, o morro comeu tudo. Lá era umas quintas de cajueiro dela e aí os índios parece que eram bicho brabo, faziam um alarido lá acolá por dentro... Mas a mãe da minha avó foi amansada" (José Alves Ribeiro).

"Contavam que faziam os tumulozinhos assim perto da casa, que é pra poder arreparar. Hoje é que a gente tem medo de quem morre, mas de primeiro eles enterravam perto da casa mesmo. Quando eles inventaram o cemitério por aqui, era dentro da igreja. Depois, passou pra mão de certos padres e não querem mais nem que ninguém leve o morto pra lá. Aí inventaram lá o cemitério. Morreu, bota pra lá. Aqui tinha muita caça. O arco, usavam muito. E cachorro. Caçavam o preá, passarinho de pena, anhambu, perdiz, jacú, cutia tinha muita, num sabe? As matas era tudo emendada com os mangue. A flecha era usada até pra pescaria, pra pegar peixe. Tinha muita gente. Pescavam só com o arco. Era uma vida descansada. Hoje é uma vida aperreada" (Sr. Plácido).

"Enterravam dentro de uma redinha, uma redinha de pano. Agora eles butavam dois pau assim do lado da rede e bu-

Acervo ISA

tavam o difunto assim com a cabeça pra cima e os pés no rumo do cemitério. Aí eles levavam, com um lençol assim por cima. Cavavam um buraco de sete palmos de fundura e butavam ele, com os pés pra cima e cabeça pra baixo. Ele ía vestido com uma mortalha. Depois eles tiravam a rede e o lençol e trazia pra casa mode aproveitar pra outro difunto depois. Às vêzes enterrava os anjinhos nas encruzilhada. Neste tempo num tinha cemitério, diz que enterravam na igreja. Também enterravam o morto por detrás da casa. Morreu o finado Chico ..., disseram que enterraram ele por detrás da casa dele. Eu num vi, mas o pessoal me contaram. Me disseram que tinham enterrado ele por detrás da casa, lá na Lagoa Seca. Depois tinha um cemitério pertinho da igreja. Onde minha mãe foi enterrada e meus irmão. Agora, isso de caçar,eles saíam, eu vi, com as flechas, com os arcos assim. Era uns arcos pequenos, com umas flechas. Mas o papai contava que os arcos dos índios mais velhos era grandão, quando eles íam atirar, com umas flechonas grande. Dizia que quando viesse uma pessoa bem acolá e eles queria atirar nele, que eles baixava, butava a cabeça no chão e atirava, passava por debaixo das pernas. Marcavam o lugar onde a pessoa ía, marcava os quartos da pessoa e ía assim, diz que aquela flecha ía direitinho. Eu vi quando eles saía mode matá caça pelo mato. Agora tem assim só menino com baladeira e lá alguma pessoa que leva a espingardinha e pega uns preá. Era tanta caça, também tinha muita juriti, grauna, jandaia, teteú, valha-me Deus, era noite e dia cantando. Agora acabou-se tudo. Aqui era tudo pescador. Era tudo limpo, sem cerca. Papai era pescador. Meu marido era pescador. E os que num pescava de jangada ou de bote trabalhava tudo nos curral" (Maria João dos Santos Oliveira, filha de João Luiza).

Sobre os marcos da "terra do aldeamento" e a esperança de recuperação da mesma:

"Taí, senhor, a gente anda por aqui. As terras são estas. Esta terra é da lagoa Luís de Barros até a lagoa do Moreira, e mais uma légua pra dentro. Ela tira acolá da lagoa do Moreira até o Bambuzeiro e de lá ela tira pra cima, pro Córrego Preto, bem no canto do curral do finado Benedito, assim meus avós contavam. Diz que tinha um marco lá bem no canto do curral. Depois tinha outro mais para o meio. Depois as Ameixeiras e tira assim para a praia. Minha patroa, essas promessas que

Acervo ISA

acontecem... Desde o meu entendimento que eu já ouvi falar nesta arrumação. Enquanto esta terra estava desabitada, nunca foi feito este trabalho. Imagina agora, que ela tá toda habitada. E nós, que são filho da terra... Eles não vão querer liberar pra gente. Eu acho muito difícil. Meus avós contavam que íam tirar essa terra da santa, mas eu acho muito difícil. Eu não conhecia um pé de coqueiro por aqui. Você andava por aqui e a terrinha era limpa, limpa. Aqui pra baixo morava meu avô. Quando eu me entendi, nesse tempo já a minha avó contava que vinham tirar essa terra nossa, essa terra dos índios, a terra da santa, mas agora que já tá toda tomada... Tá certo, naquelas épocas, se tivesse enfrentado, eu não achava muito difícil não, mas agora..." (José Alves Ribeiro, o Zé Galina).

"O lugar de Marcação é justamente o lugar onde tinha a pedra que, como se diz, se dividia a terra do aldeamento do resto de lá. De Marcação, de lá pra cá é a aldeia, né, é a terra do aldeamento" (Vicente Viana Damasceno).

"Eu nasci e me criei dentro d'Almofala.Agora, quem me criou foi o finado Chico de Barros,filho do capitão dos índios, o velho Basílio de Barros. O meu pai que me criou, a morada dele era lá no Lamarão,aí ele veio trabalhá no curral,achava que era muito longe e veio morar aqui n'Almofala.A minha mãe é filha natural também de dentro do aldeamento" (Maria Elza de Lima Souza, conhecida como Maria Elídia).

"Nós aqui tudo é uma família só, não tem ninguém dividido uns dos outros. Eu posso mostrar a vocês a tapera onde meu avô morava. A mãe dele ficava e ele ía pescar na lagoa dos Índios. Ela fazia aquela coivarona e quando ele chegava, varando a boca da noite, o lugar onde as onça tava entocada era aquela coivarona de fogo. E os marcos da terra, meu pai contava, todo mundo contava e eu sou um que também conheço. Agora eles dizem que aqui não tem índio.Que já existiu índio,mas agora não tem. Verdade. Os índios mais velhos se acabaram. Agora aqui tem nós, novos, filhos dos índios, netos, bisnetos, tataranetos desses índios. Agora ninguém sabe por que razão é que nós vem dessa descendência e hoje não somos mais índios. Porque eu me considero como índio. Morro dizendo que sou, porque sou mesmo e não vejo essa divisão" (Luís Manuel do Nascimento, conhecido por Luís Caboclo).

Acervo ISA

4. PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO:

A eleição da Área a ser reivindicada à FUNAI passou por um processo de elaboração e amadurecimento iniciado antes da chegada do GT à região, na medida em que as lideranças vinham solicitando há anos a presença de representantes do órgão indigenista para definir esta questão.

Durante o período em que lá estivemos, nossa visita a muitas casas, em cada localidade, naturalmente provocava reuniões de pequenos grupos de moradores mais próximos, para discutir o assunto.

Entretanto, formalmente foram realizadas cinco reuniões com a presença de habitantes das diversas localidades e seus líderes, nas quais se deliberou sobre a Área a ser reivindicada. Nestas reuniões eles discutiram, colocaram suas dúvidas, opiniões e depoimentos, e acabaram por votar e aprovar uma proposta apresentada pelo cacique Vicente Viana Damasceno, fruto de entendimentos anteriores e que, por isto, já gozava de um certo consenso do grupo.

Os convites para comparecimento às reuniões foram feitos por nós, conforme íamos entrando em contato direto com a população durante as visitas mencionadas, assim como, e principalmente, pelos líderes de cada localidade aos moradores das mesmas. Desta forma, realizaram-se as seguintes reuniões:

1ª) 18/9, sexta-feira, na casa do cacique Vicente Viana Damasceno, no Barro Vermelho, com 24 pessoas presentes, além dos membros do GT (ANEXO IX);

2ª) 20/9, domingo, no mesmo local acima, com 35 participantes, mais o GT e dois pesquisadores de Fortaleza: Gerson Júnior, mestrando em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, preparando sua dissertação final sobre o torém e o arquiteto Alexandro Ratts, que estuda as casas com decoração interna existentes na região da Varjota, Amaro e Córrego Preto,os quais foram convidados pelo próprio cacique para assistir a reunião (ANEXO X);

3ª) 22/9, terça-feira, no salão de reuniões da Varjota, com a presença do GT, do pesquisador Alexandro e de

Acervo ISA

86 índios. Como esta reunião durou várias horas, começando na parte da manhã e terminando à tarde, estima-se que mais de uma dezena de pessoas chegaram atrasadas e sairam antes do seu término, abandando por não dar seus nomes para constar da lista de presença. Desta forma, pode-se dizer que esta reunião contou com pelo menos uma centena de representantes da comunidade Tremembé. Além disto, também compareceu uma jovem, filha de ocupante não-índio de terras das vizinhanças, curiosa por saber do que se tratava e convidada por algumas mulheres da Varjota. Assistiu a reunião em silêncio, sem externar qualquer tipo de opinião ou pergunta (ANEXO XI);

4ª) 24/9, quinta-feira, na casa do líder Estevão Henrique dos Santos, na Vila do Côco, pela manhã, com 28 pessoas e o GT (ANEXO XII);

5ª) 24/9, quinta-feira, no mesmo local, na parte da tarde, com a presença do GT e de 13 pessoas que, por morarem um pouco afastadas, se atrasaram para a reunião da manhã, além de cerca de uma dezena de pessoas que já haviam comparecido de manhã e por isto consideraram desnecessário repetir seus nomes na lista de presença (ANEXO XIII).

Nos dois primeiros encontros reivindicava-se toda a "terra do aldeamento". Após uma série de considerações e ponderações do cacique, de outros representantes da comunidade, bem como de integrantes do GT, Vicente Viana Damasceno apresentou sua primeira proposta e defendeu-a, na reunião de 20/9. Argumentou que cerca de metade da "terra do aldeamento" há muito encontra-se nas mãos de estranhos e que os Tremembé hoje vivem, na maioria,na outra metade que, sendo-lhes assegurada pela FUNAI e daí retirados os invasores, torna-se suficiente para a comunidade. Ponderou sobre a necessidade de um acordo com os proprietários "de fora", o que implica em que ambas as partes cedam um pouco nas suas pretensões. Propôs que a reivindicação levasse em consideração os seguintes limites: partindo da praia, em linha reta, até o local do antigo cruzeiro defronte da igreja; daí até o lugar chamado Três Coqueiros, seguindo para a confluência do córrego Lamarão ou Lameirão com uma estrada carroçável; daí para os dois marcos da "terra da santa" existentes na Passagem Rasa e deles para o Córrego Preto; daí para os lugares denominados, respectivamente, Forno

Acervo ISA

Velho e Ameixeiras, e de novo para o mar, em linha reta.

Embora deixando fora a vila de Almofala e boa parte da antiga "terra do aldeamento", a proposta incluía a igreja, da qual nenhum deles deseja abrir mão e o povoado de Torrões dentro da Área.

A principal divergência com relação a esta proposta consistia no fato de ela não incluir a Lagoa Seca, as Aningas, a Barra da Tijuca e o Comum.

Considerando inteiramente pertinente, de acordo com os estudos realizados, a insistência de pessoas presentes em incluir tais localidades, a antropóloga do GT sugeriu que as mesmas fossem incluídas. As discussões que se seguiram acabaram por aprovar tal sugestão, mas passando a deixar Torrões fora da Área, por já ser um povoado grande. A linha do limite da terra, ao chegar ao mar, no lugar conhecido por Cabecim, iria daí para a foz do Aracati-Mirim, contornando Torrões e voltando ao litoral.

Entretanto, ocorreram novos entendimentos entre as lideranças, fora das reuniões e sem a presença de membros do GT, que trouxeram, como resultado, para a reunião seguinte, a insistência em se manter os limites inicialmente apresentados quanto à não inclusão das localidades acima referidas, mas continuando a deixar o povoado de Torrões fora. O GT e os presentes à terceira reunião (a mais longa e numerosa) aprovaram, finalmente, a proposição de tais limites. As duas reuniões seguintes confirmaram a aprovação desta proposta.

A Área eleita engloba a igreja; vários quilômetros de litoral; o rio Aracati-Mirim, com suas margens férteis; os trechos de mata mais significativos ainda existentes na "terra do aldeamento"; e os últimos dois marcos da terra que ainda se encontram em seus locais originais, na Passagem Rasa e por causa dos quais três índios foram assassinados na década de 1960.

Os 4.900 ha, com cerca de 37 km de perímetro, da proposta ora encaminhada, desde que devidamente liberados da presença de ocupantes não-índios, têm tamanho e recursos suficientes para atender as necessidades da comunidade Tremembé e garantir sua continuidade física e cultural.

Deve-se frisar que ficou assente, nas reuniões,

Acervo ISA

que a parte da população incluída no censo por nós realizado e que vive hoje nas localidades da antiga "terra do aldeamento" não englobadas pela presente proposta de delimitação, terá o direito de mudar-se para dentro dos limites da Área tão logo a posse da mesma seja assegurada ao grupo Tremembé.

A hipótese, aventada em conversas informais, de instalação de um Posto Indígena da FUNAI na Área, pareceu-nos bem vinda pela comunidade.

Sem mais, segue-se o Memorial Descritivo de Delimitação da Área Indígena Tremembé, elaborado pelo engenheiro agrimensor responsável por esta parte do trabalho, bem como o Mapa de Identificação.

Acervo ISA

Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - DAF
DEPARTAMENTO DE DEMARCAÇÃO - DEM

MEMORIAL DESCRITIVO DE DELIMITAÇÃO

DENOMINAÇÃO
ÁREA INDÍGENA TREMEMBÉ

ALDEIAS INTEGRANTES

GRUPOS INDÍGENAS
TREMEMBÉ

LOCALIZAÇÃO

MUNICÍPIO : Itarema — ESTADO : Ceará — ADR : João Pessoa

COORDENADAS DOS EXTREMOS

EXTREMO	LATITUDE	LONGITUDE
NORTE :	02 56' 55,1" S	39 49' 25,3" Wgr
LESTE :	02 58' 59,7" S	39 46' 16,4" Wgr
SUL :	03 00' 42,4" S	39 48' 26,7" Wgr
OESTE :	02 59' 06,3" S	39 52' 34,7" Wgr

NOMENCLATURA	ESCALA	ORGÃO	ANO
MI-558 MI-619	1/100.000	DSG	1972

DIMENSÕES

SUPERFÍCIE 4.900 Ha (Quatro mil e novecentos hectares).

PERÍMETRO 37 Km aproximadamente.

Acervo ISA

Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

NORTE : Partindo do **Ponto 01** de coordenadas geográficas aproximadas 02 55'50,1" S e 39 49'25,3" Wgr., situado próximo da orla marítima, segue pela citada orla, sentido sudeste até o **Ponto 02** de coordenadas geográficas aproximadas 02 56'55,5" S e 39 47'51,4" Wgr ; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 193 57'17,0" e 2.302,60 metros até o **Ponto 03** de coordenadas geográficas aproximadas 02 58'08,3" S e 39 48'09,5" Wgr., situado no Rio Aracati-Mirim; daí, segue pelo citado rio, a jusante até o **Ponto 04** de coordenadas geográficas aproximadas 02 56'56,7" S e 39 47'35,4" Wgr., situado na desembocadura do Rio Aracati-Mirim no Oceano Atlântico; daí, segue pela orla marítima, sentido sudeste até o **Ponto 05** de coordenadas geográficas aproximadas 02 57'40,1" S e 39 46'02,6" Wgr., situado no lugar denominado "Cabecim";

LESTE : Do ponto antes descrito, segue por uma linha reta com azimute e distância de 189 48'41,0" e 2 482,30 metros até o **Ponto 06** de coordenadas geográficas aproximadas 02 58'59,7" S e 39 46'16,4" Wgr , situado no lugar denominado "Amexeiras"; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 231 52'52,0" e 5 111,00 metros até o **Ponto 07** de coordenadas geográficas aproximadas 03 00'42,4" S e 39 48'26,7" Wgr., situado no lugar denominado "Forno Velho";

SUL : Do ponto antes descrito, segue por uma linha reta com azimute e distância de 310 20'57,0" e 3.252,80 metros até o **Ponto 08** de coordenadas geográficas aproximadas 02 59'33,7" S e 39 49'46,9" Wgr , situado no lugar denominado "Córrego Preto"; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 286 28'05,0" e 2 635,10 metros até o **Ponto 09** de coordenadas geográficas aproximadas 02 59'09,3" S e 39 51'08,8" Wgr., situado no lugar onde encontra-se encravada uma pedra da antiga marcação do limite de sesmaria; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 271 56'40,0" e 2.652,50 metros até o **Ponto 10** de coordenadas geográficas aproximadas 02 59'06,3" S e 39 52'34,7" Wgr , situado no lugar onde encontra-se encravada uma pedra da antiga marcação do limite de sesmaria;

OESTE : Do ponto antes descrito, segue por uma linha reta com azimute e distância de 55 08'07,0" e 4.343,60 metros até o **Ponto 11** de coordenadas geográficas aproximadas 02 57'45,6" S e 39 50'39,1" Wgr , situado na confluência de uma estrada carrocável com o córrego Lameirão; daí, segue pela citada estrada, sentido vila de Almofala até o **Ponto 12** de coordenadas geográficas aproximadas 02 57'17,8" S e 39 49'51,1" Wgr., situado no lugar denominado "Três Coqueiros"; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 16 00'30,0" e 1.747,70 metros até o

Acervo ISA

Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Continuação do memorial A.I. TREMEMBÉ Pg 03

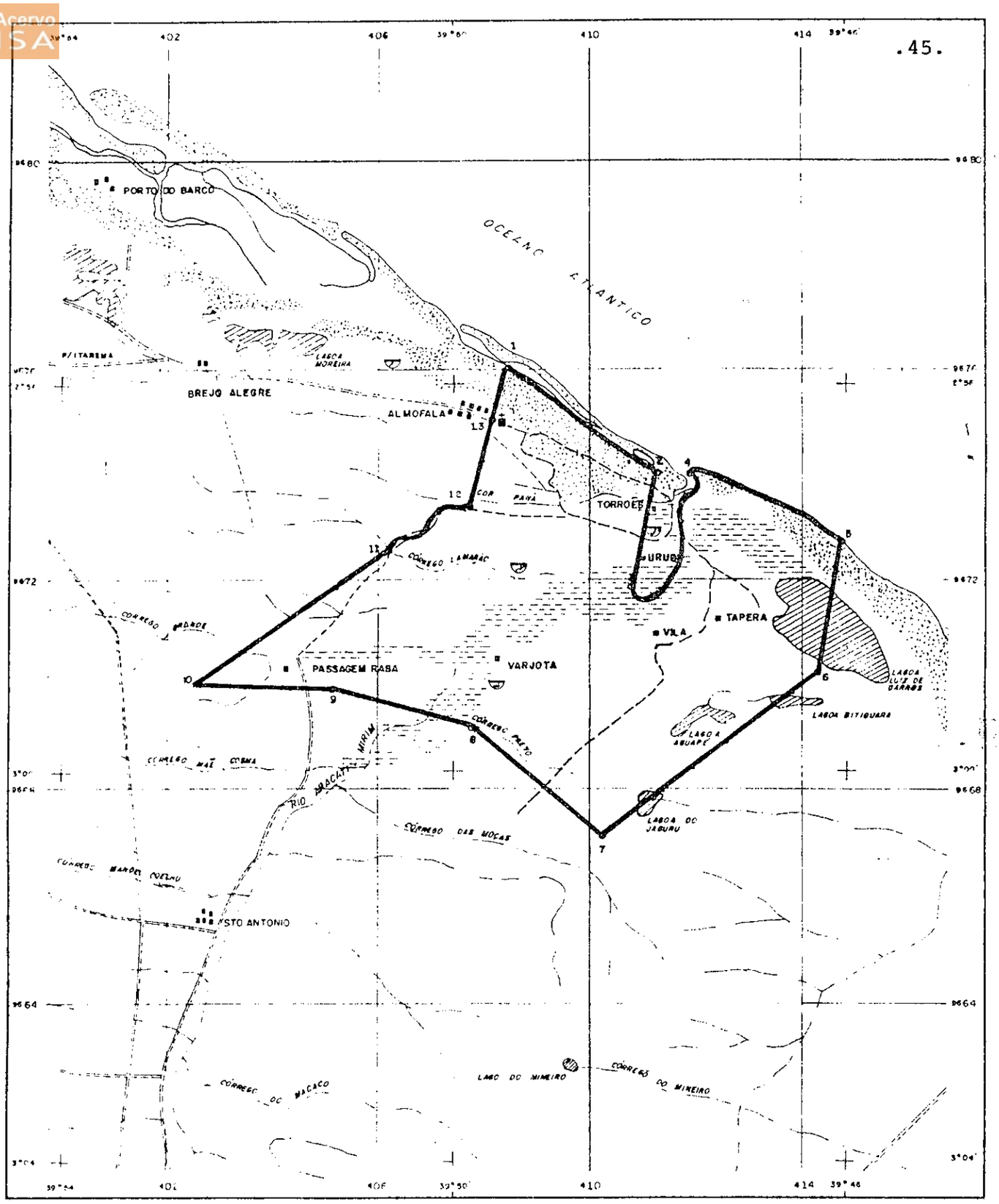
Ponto 13 de coordenadas geográficas aproximadas 02 56'23,1" S e 39 49'35,4" Wgr., situado no lugar de um antigo Cruzeiro, nas proximidades da Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Almofala; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 16 59'58,0" e 1.060,30 metros, até o **Ponto 01**, início da descrição deste perímetro.

Brasilia-DF / /

Responsável Técnico Defin. dos Limites	Responsável Técnico Ident. dos Limites	Visto
JUSSARA VIEIRA GOMES Antropologa M.Indio/RJ	JOSÉ APARECIDO D. BRINER Engº Agrimensor DEM/DAF CREA 107411/SP	Chefe da DID/DAF

jadb/dem/daf

Acervo ISA



SINAIS CONVENCIONAIS

- TERRA INDÍGENA IDENTIFICADA
- PONTO DEFINIDOR DE LIMITES
- IGREJA
- CURSO D'ÁGUA PERMANENTE
- ALAGADO
- AREIA
- RODOVIA SEM PAVIMENTAÇÃO
- EDIFICAÇÕES
- SÍTIO ARQUEOLÓGIO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI

DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - DAF

FUNAI

DENOMINAÇÃO: ÁREA INDÍGENA TREMEMBÉ	PLANTA DE: IDENTIFICAÇÃO
	ÁREA: 4.900 ha — PERÍMETRO: 37 Km
MUNICÍPIO: ITAREMA	ESCALA: 1:100.000 — DATA: 08 / 10 / 92
UF: CE — ADR: JOÃO PESSOA	PROCESSO Nº — BASE CARTOGRÁFICA: MI - 556 e MI-619

TÉCNICO RESPONSÁVEL PELA DEFINIÇÃO DOS LIMITES: JUSSARA V. GOMES, ANTROPOLOGA M. INDIO/RJ	TÉCNICO RESPONSÁVEL PELA IDENTIFICAÇÃO DOS LIMITES: JOSE A.O. BRINER, ENG AGRIM CREA-107611 / SP	VISTO: CHEFE DO SER	PORTARIA Nº

Acervo ISA

5. SITUAÇÃO FUNDIÁRIA:

O levantamento fundiário foi realizado sob a responsabilidade do engenheiro agrônomo da FUNAI, que trabalhou junto com o engenheiro agrônomo do INCRA, sempre acompanhados pelos policiais federais. Os trabalhos desenvolveram-se de 25 a 30 de setembro, depois de ter sido definida a Área a ser proposta.

Os cálculos do valor das benfeitorias foram feitos de acordo com as normas a serem seguidas no processo administrativo para regularização de terras indígenas (Port. PP nº 239/91 e Ordem de Serviço nº 005/91).

Foram preenchidos 33 Laudos de Vistoria e Avaliação de Benfeitorias (LVA), os quais se referem a 25 diferentes ocupantes, alguns deles possuindo mais de um imóvel, além da firma agroindustrial DUCÔCO Agrícola S. A. (que detém vasta extensão da área total), conforme relação abaixo:

1) José Arimá de Souza
2) Pedro Alves da Costa
3) Francisco Tarcísio de Aguiar
4) Antonio Afonso de Souza (três imóveis)
5) Francisco Joviniano Alves
6) Agostinho João de Almeida
7) Francisco Iraci Alves
8) Salustiano José Graciano
9) Manoel Messias Alves
10) Manoel Duarte Siqueira
11) Raimundo Alferes de Oliveira
12) Luiz Gonzaga de Oliveira
13) Raimundo João de Almeida
14) João Ramos da Cunha
15) Manoel Nonato de Souza
16) Osvaldo Sales Santos
17) Antonio João de Almeida
18) Francisco Antonio de Souza (três imóveis)
19) Juarez Sales
20) Manoel José Cordeiro

Acervo ISA

21) Manoel Custódio Ribeiro
22) José Alves da Silva (três imóveis)
23) João Barbosa do Nascimento
24) José Maria Monteiro (dois imóveis)
25) Vicente Alves da Costa
26) DUCÔCO Agrícola S. A.

Os ocupantes acima possuem benfeitorias, tais como: habitações, cacimbas, poços e cercas de arame farpado. Alguns têm umas poucas cabeças de gado. Mas a forma principal de ocupação das terras é através de plantações de coqueiros, sendo que, em alguns casos, possuem também outras árvores frutíferas, como cajueiros (principalmente), bananeiras, limoeiros, etc..

No caso da DUCÔCO, a empresa possui um grupo de edificações administrativas e residenciais, sistema de irrigação do coqueiral, açude, etc.. Seu gerente não permitiu o levantamento in loco e disse-nos que poderíamos obter todas as informações necessárias na sede da empresa, em Fortaleza, que é totalmente informatizada. Assim, ao voltarmos à capital cearense procuramos a DUCÔCO, fomos recebidos por membros de sua diretoria e obtivemos as informações que constam anexas à LVA nº 33.

A forma de apropriação das terras indígenas e os conflitos daí advindos estão minuciosamente relatados no ítem 2 (Histórico). Através da compra de uns poucos coqueiros cerca-se uma área maior do que a que foi comprada, que é logo plantada com mais coqueiros, para garantir a posse. Aos índios é deixado, quando não são expulsos, apenas o local onde está construída sua casa, sem terreno livre suficiente para plantar ou criar animais domésticos. Muitos ocupantes procuram registrar em seus nomes as terras que cercaram, não respeitando os registros anteriores em nome da comunidade Tremembé.

Toda a documentação relativa a este levantamento, que encontra-se listada no ítem 1 (Introdução), está apensa ao presente relatório, constituindo-se em seu último anexo, para que dele possa ser devidamente desmembrado e venha a constituir Processo específico, conforme as normas citadas.

JVB

.. .. .

Acervo ISA

6. O CASO SÃO JOSÉ/CAPIM-AÇU:

Sabe-se que muitas famílias que se consideram Tremembé vivem em diversos pontos do município de Itarema e mesmo em Acaraú, fato que não é de surpreender quando temos em mente que toda a região era habitada por esses índios no passado, além de muitos, que se concentravam na área de Almofala, se verem de lá expulsos nos últimos anos, conforme já expusemos, procurando outros lugares para viver. Assim, Porto do Barco,Patos, Batedeira, Telhas, São José/Capim-Açu, etc. são locais do município onde se encontram índios Tremembé.

A Portaria nº 1.366/92 instituiu este GT, como já se disse, para identificar e delimitar a AI Tremembé de Almofala, assim como proceder ao levantamento fundiário da mesma. Logo que chegamos ao Ceará, porém, fomos surpreendidos com as expectativas demonstradas pelo Procurador do INCRA e pela Procuradoria Geral da República em Fortaleza com respeito à questão dos Tremembé moradores das terras denominadas São José e Capim-Açu, que hoje formam um todo com 1.452,5905 ha desapropriados pelo INCRA, no município de Itarema, conforme cópias de dois Laudos Técnicos e de mapa da área, que seguem apensos a este relatório (ANEXO XIV).

Tomamos conhecimento da existência de um grupo de famílias Tremembé em São José/Capim-Açu, que reivindica terras, através da leitura do Laudo Antropológico de Carlos Guilherme O. do Valle (NOTA 3), que consta do Processo nº 072/87, mas a Portaria que criou o GT não nos delegava competência específica para tratar do caso São José/Capim-Açu.

No entanto, devido às circunstâncias, não nos poderíamos furtar de visitar a área e levantar os dados relevantes relativos ao que ali se passa. Lá estivemos nos dias 25 e 26/9, ouvindo diversos depoimentos, além de termos realizado uma reunião, da qual trataremos mais adiante.

Deve-se esclarecer, antes de mais nada, que mesmo estando em território do município de Itarema, o imóvel desapropriado pelo INCRA fica vários quilômetros distante da "terra do aldeamento" e o histórico da área difere do caso de Almofala.

Acervo ISA

São José/Capim-Açu fica a 20 km da cidade de Itarema, no interior do município, onde se chega através de estrada carroçável e atravessando algumas propriedades rurais.

Conta-se que alguns Tremembé chegaram à localidade por volta de 1888 ou antes, aí se instalando: as famílias Suzano e dos Santos, que mantêm laços de parentesco entre si.

Apesar disto, em 1956 Moacir Sales Moura estabeleceu-se próximo e supostamente adquiriu a Fazenda São José, banhada pelo córrego João Pereira ou São José e que incluía o lugar Capim-Açu, registrando o imóvel no Cartório do 2º Ofício de Acaraú. Na mesma década a família Teixeira foi habitar no Capim-Açu, onde fez benfeitorias, possuindo uma escritura particular de compra e venda que lhe foi passada pelo antigo morador do lugar, Simão Tomé de Souza (cf. VALLE, 1992:17-23).

O estabelecimento dos Sales Moura na região não foi pacífico, gerando conflitos com os moradores ao longo dos anos seguintes.

Em 1964 a família Sales Moura moveu uma Ação de Reintegração de Posse contra os Teixeira, com desdobramentos, como uma Ação de Atentado (1966) e Agravo (1967).

"Ao nível local diversos meios de coerção foram efetivados, até com a presença de polícia, perseguições e pistoleiros. Em 1967, os Teixeira foram expulsos do Capim-açú, tendo que deixar as benfeitorias plantadas, suas casas foram derrubadas e desde então produziu a diáspora familiar, que até hoje é relembrada. Eles tentaram retornar ao lugar nos primeiros anos da década de 70, só que foram outra vez expulsos" (VALLE, 1992: 18-9).

Moacir Sales Moura, criador de gado, além de levar empregados seus, vaqueiros vindos de outros lugares, para residir no São José/Capim-Açu, cobrava pela posse e uso da terra e da "casa de farinha", de acordo com sua renda. As famílias Suzano e dos Santos sujeitaram-se ao sistema imposto.

Na década de 1980 o então proprietário, conhecido por Zé Moacir, filho de Moacir Sales Moura, começou um período de represálias contra alguns moradores, que deixaram de pagar por considerarem injusta a remuneração pelo direito de conti

Acervo ISA

nuarem vivendo onde "nasceram e se criaram", onde suas famílias se encontravam há gerações.

José Agostinho dos Santos, cognominado Patriarca, de 55 anos, liderou um grupo de moradores, a partir de então, denunciando o que estava ocorrendo e solicitando ajuda ao INCRA-MIRAD. Nesta luta sempre se identificaram como índios Tremembé, que defendiam seus direitos sobre as terras de seus avós e bisavós. O caso repercutiu na grande imprensa e o INCRA incluiu a área no Plano Regional de Reforma Agrária de 1987. O imóvel foi desapropriado em 1988 (Decreto nº 96.505, de 15/8/88) e a imissão de posse efetuou-se em 1/9/1989 (cf. VALLE, 1992).

"Os assentados pelo INCRA incluiam os antigos moradores das famílias Suzano e Santos; alguns parentes seus por afinidade; os Teixeira, reintegrados (com justiça) e vários outros moradores, empregados do fazendeiro, inclusive vaqueiros, pessoas cuja origem não era local, nem indígena. Hoje vivem no São José/Capim-açu 283 pessoas, em 52 grupos domésticos, sendo que desses, só 44 estão cadastrados junto do INCRA. Duas famílias cadastradas não se encontram residindo no Capim-açu, o que completaria 46 assentados. Os oito grupos domésticos restantes são famílias parentes dos assentados, que não conseguiram cadastramento por serem compostos de idosos ou por terem se constituido depois da época (casamentos recentes). São 40 famílias de origem étnica indígena, as outras sendo dos antigos empregados do fazendeiro, inclusive um deles continua trabalhando como vaqueiro,viajando para o sertão com seu gado" (VALLE, 1992:20-1).

Com a imissão de posse e o cadastramento feito pelo INCRA passaram a ocorrer conflitos internos entre os assentados. Há uma disputa entre o Patriarca e os Teixeira a respeito das benfeitorias devidas a cada um deles e dos terrenos utilizados; e a dissenção entre as famílias Suzano e dos Santos em torno do apoio ou não à ação do INCRA e ao retorno dos Teixeira às terras de onde foram expulsos no passado.

José Agostinho dos Santos, o Patriarca, insatisfeito com o Projeto de Assentamento do INCRA, lidera o grupo contrário aos Teixeira e ao INCRA, argumentando que os Teixeira não são índios e que é a FUNAI que deve tratar da questão da terra, desapropriando-as em favor dos Tremembé que lá vivem há gera

Acervo ISA

ções e retirando os não-índios. Assim, moveu uma Ação de Reintegração de Posse contra o INCRA.

Os Teixeira, por sua vez, se dizem também descendentes de uma família de índios de Almofala, que teria ido,no passado, para outro ponto do litoral cearense - Sabiaguaba - de onde foi para o Capim-Açu na década de 1950 (cf. VALLE, 1992).

As famílias indígenas Suzano e dos Santos, antes unidas na reivindicação de providências governamentais contra a opressão de Zé Moacir, usando sua identidade Tremembé como forma de justificar a antigüidade de sua ocupação da terra e seu direito a ela, agora se dividiram em dois grupos antagônicos, como mencionamos acima.

Diz o Patriarca: "Somos índio manso, não comemos mais cobra, não andamos mais nu. Essa terra é nossa, eu exijo ela. Já tenho apanhado, sou ameaçado, tanto por caboclo como por fazendeiro. Hoje me acho desrespeitado. Meu próprio povo me acusa."

D. Rosa Suzano da Rocha, de 83 anos, é a pessoa mais velha da comunidade indígena e considerada como sua liderança máxima. A maior parte das famílias que se identificam como Tremembé vive no São José e acata as opiniões dela, enquanto apenas oito famílias (ANEXO XV) apoiam a posição do Patriarca, que vive no Capim-Açu, vizinho aos Teixeira. Ainda assim, a maioria das famílias que o apoiam também mora no São José.

D. Rosa posicionou-se, ultimamente, a favor dos Teixeira e do INCRA e contrária ao Patriarca. Enquanto antes ela lutava pelo seu reconhecimento e o de sua gente como índios Tremembé, agora ela nega isto, tendo declarado em juízo, como depoente no processo movido por José Agostinho dos Santos, que não é índia, nem seus antepassados o foram e que jamais ouviu falar de índios vivendo na região do São José/Capim-Açu.

Confirmou tais declarações ao GT, quando a entrevistamos, junto com um filho, acrescentando estar satisfeita com a ação do INCRA na localidade em apreço e nada pleitear à FUNAI, além de fazer comentários desabonadores relativos ao Patriarca e suas atitudes.

Por sua vez, José Agostinho dos Santos acusa

Acervo ISA

D. Rosa e seus seguidores de estarem faltando com a verdade e de terem sido comprados e aliciados pelos Teixeira, pelo INCRA e por proprietários ricos e poderosos das redondezas, para evitar a interferência da FUNAI e a criação de uma Área Indígena na região.

É importante registrar que a extensão territorial pleiteada pelo Patriarca é de 6.000 ha, muito maior do que a área desapropriada pelo INCRA, que seria incluída nos 6.000 ha pretendidos. Aponta como limites definidores desta área: pelo nascente, terras de Francisco Alves, conhecido por Chagas Alves; pelo poente, terras de José de Fátima e de João Jovino;ao norte, terras de José Maria Azevedo e do Dr. Joacir; ao sul, a localidade chamada Lagoinha, cujas terras são divididas entre mais de trinta proprietários diferentes. Diz ser esta a "légua quadriculada" originalmente "achada pelos índios".

Como se vê, a identidade indígena vem sendo manipulada pelos diversos atores envolvidos na questão, inclusive pelos advogados que defendem as partes. O depoimento de D. Rosa foi decisivo para o julgamento negativo da Ação de Reintegração de Posse movida pelo Patriarca, embora seus defensores estejam recorrendo.

Na entrevista e na reunião de 26/9 José Agostinho dos Santos informou que suas reivindicações são apoiadas pela Dra. Rita (da Procuradoria Geral da República no Ceará), pelo Dr. Cordeiro (advogado que acompanha a questão dos Tapeba, de Caucaia), pelo Dr. Adalberto (professor da Universidade Federal do Ceará), pelo Dr. Airton (advogado do Núcleo de Direitos Humanos ligado a comunidades carentes da periferia de Fortaleza) e por José Elias de Souza, conhecido por Joãozinho (também do Núcleo de Direitos Humanos).

Na luta pelas terras que considera suas, isto é, dos índios Tremembé do São José/Capim-Açu, e com o apoio das pessoas acima citadas, o grupo liderado pelo Patriarca fundou a "Associação dos Índios Tremembés", que se reune semanalmente na casa de um dos membros da diretoria, Aristeu, vaqueiro que, segundo o próprio Patriarca, "diz que é índio, mas não é". Falando sobre o assunto queixou-se de que "butaram gente que num é índio na diretoria da Associação".

Acervo ISA

Nos dois dias em que estivemos no São José/Capim-Açu tivemos a oportunidade de entrevistar D. Rosa, o Patriarca e outros moradores locais. Também foi realizada uma reunião da Associação à qual compareceu a Diretoria e diversos membros, num total de 22 pessoas, além da Coordenadora do GT e um de seus integrantes. Foi na casa de Aristeu, no São José,dia 26/9 (ANEXO XVI). Nesta reunião foram-nos expostos os dados já mencionados a respeito do que se passa na área e do que estão pleiteando, terminando com o pedido de que a FUNAI tome providências sobre a questão, já que são índios e têm direito às suas terras.

Em Fortaleza, antes de viajarmos para a Área,havíamo-nos entrevistado com o Procurador do INCRA encarregado do caso e quando voltamos à capital cearense ouvimos a Dra. Rita, da Procuradoria Geral da República. Ela nos informou que a Ação de Reintegração de Posse perdida pelo Patriarca pleiteava apenas uns poucos hectares (10 ou 15) que estão sendo usufruidos pela família Teixeira. Também procuramos contatar o Dr. Airton e o Dr. Adalberto, sem conseguirmos. A pessoa que atendeu o telefone na casa do segundo nos informou que ele estava viajando.

Os conflitos na área desapropriada pelo INCRA estão se configurando, ao nosso ver, muito mais sob a feição de uma rixa entre dois grupos de trabalhadores rurais com relação à forma de ocupação e uso da área do que como a reivindicação de uma comunidade indígena referente às terras que ocupam e herdaram de seus antepassados, principalmente se levarmos em conta que nos dois grupos que se opõem existem índios e não-índios defendendo lado-a-lado interesses comuns. O próprio Patriarca declarou ao GT, mais de uma vez que, para ele, não importa muito se os componentes do grupo que lidera são índios ou não, mas se o apoiam ou não.

Entretanto, não podemos esquecer de levar em consideração que há, reconhecidamente, quarenta famílias indígenas envolvidas no conflito, conforme é atestado pelo Laudo Antropológico de Valle, já referido e que, como tais, têm seus direitos garantidos constitucionalmente, mesmo que grande parte destas famílias negue sua identidade, devido às circunstâncias específicas vivenciadas no momento.

Concordamos com Valle quando diz que o INCRA foi o responsável por parte desses problemas quando, durante o ca

Acervo ISA

dastramento, não levou em consideração as diferenças étnicas e os interesses divergentes daí decorrentes, além de beneficiar pessoas que antes trabalhavam como empregados do fazendeiro e que, como tais, haviam cometido atos de violência, no passado, tanto contra os Teixeira como contra famílias indígenas. Tudo isto aumentou o clima de ressentimento e desconfiança entre os assentados, propiciando os conflitos atuais.

Diante do exposto e considerando:

- que a Port. nº 1.366/92 não delegou competência ao GT Tremembé para tratar do caso São José/Capim-Açu;
- que dois dias de trabalho na área não são suficientes para que se conheça a questão com profundidade e se proponha uma solução que venha resolver o problema;
- que a FUNAI não deve se omitir do caso, por tratar-se de famílias indígenas, conforme Laudo Antropológico de Valle (fls. 096 a 256 do Proc. nº 072/87);
- que faz-se necessário um levantamento histórico e da situação fundiária para embasar melhor a questão da ocupação indígena da área em apreço;

SUGERIMOS que seja formado um Processo específico referente aos Tremembé do São José/Capim-Açu e criado um GT para examinar o assunto de maneira mais aprofundada, por entendermos que a AI Tremembé, de Almofala, que ora propomos, nada tem a ver com o caso do São José/Capim-Açu.

Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1992.

Jussara V. Gomes

JUSS[illegible] GOMES

Antropóloga

Matr. 004930-5

Acervo ISA

7. NOTAS:

(1) A época das chuvas é chamada de inverno pelos habitantes locais, em contrapartida com o verão, como denominam o período da seca. Os alagadiços acentuam-se no período chuvoso.

(2) Na última página de cada LVA, ítem VII, está especificado o critério de avaliação.

(3) O referido antropólogo está em fase de conclusão de sua dissertação de Mestrado em Antropologia Social, versando sobre os Tremembé de Almofala, para o PPGAS/Museu Nacional/UFRJ.O Laudo Antropológico que apresentou a pedido da Procuradoria Geral da República está apenso ao Processo nº 072/78, referente à identificação da AI Tremembé (fls. 96 a 256) e deve ser considerado como anexo ao presente relatório, uma vez que contém informações, dados e observações que reforçam e complementam o conteúdo deste.

Acervo ISA

8. BIBLIOGRAFIA:

CASAL, Manoel Aires de. Corografia Brasílica. São Paulo, 2:165-77, Ed. Cultura, 1943.

GIRÃO, Raimundo. Pequena história do Ceará. Fortaleza, Ed. Univ. Fed. Ceará, 1984.

ESPÍRITO SANTO, Marco Antonio do. Relatório de viagem - Área Indígena Tremembé. Brasília, 1987. /Para a FUNAI - fls. 2 - 22 do Proc. 072/87 /.

GOMES, Jussara V. Relatório sobre os índios do município de Caucaia, Estado do Ceará. Rio de Janeiro, 1985. /Para a FUNAI/.

_____ . Relatório sobre os índios Tremembé (Itarema/CE). Rio de Janeiro, 1988. /Para a FUNAI - fls. 46 - 84 do Proc. 072/87 /.

_____ . Etnoarqueologia e História dos Tremembé: contribuições para uma abordagem interdisciplinar. Campinas, 1988. /Projeto para elaboração da dissertação de Mestrado em Antropologia Social - UNICAMP/.

_____ . Projeto etnoarqueológico Tremembé. Rio de Janeiro, 1990. /Para o Setor de Arqueologia do Museu do Índio - FUNAI/.

_____ . Meio ambiente, história, vida: os Tremembé, uma nação pré-colombiana (com versão para o italiano). Rio de Janeiro, 1990. /Projeto de pesquisa apresentado ao Centro Internazionale di Etnostoria, de Palermo, Itália/.

HOHENTHAL JR., W. D. As tribos indígenas do médio e baixo São Francisco. Rev. Museu Paulista, n. s., São Paulo, 12:37-86, 1960.

MENEZES, Luiz Barba Alardo de. Memoria sobre a capitania do Ceará (1814). Rev. Inst. Hist. Geogr., Rio de Janeiro, 34:255-86, 1871.

MÉTRAUX, Alfred. The Teremembé. Handbook of South American Indians. Washington, 1:573-4, Smithsonian Institution, 1946.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. A política indigenista brasileira durante o século XIX. Rio Claro, 1971. /Tese/.

_____ . Sobre o mau uso intencional da evidência histórica a respeito dos Potiguara. Brasília, 1982. /Para a FUNAI/.

NIMUENDAJU, Curt. Mapa etno-histórico. Rio de Janeiro, IBGE, 1981.

POMPEU SOBRIMHO, Thomaz. Índios Tremembés. Rev. Inst. Ceará, Fortaleza, 65, Ed. Inst. Ceará, 1951.

_____ . Protohistória cearense. Fortaleza, Edições UFC, 1980.

Acervo ISA

SOUZA, Maria Bruhilda Telles de. Mitos e símbolos na migração praiana - o caso de Almofala. Fortaleza, Univ. Fed. Ceará, 1983. /Dissertação de Mestrado em Sociologia/.

STUDART FILHO, Carlos. Os aborígenes do Ceará. Rev. Inst. Ceará. Fortaleza, 77:153-217, Ed. Inst. Ceará, 1963.

_____ . Aborígenes do Ceará. Fortaleza, Ed. Inst. Ceará, 1965.

VALLE, Carlos Guilherme O. do. Os Tremembé, grupo étnico indígena do Ceará (Laudo Antropológico). Rio de Janeiro, PETI/Museu Nacional, 1992. /Fls. 096 - 256 do Proc. 072/87 /.

Acervo ISA

A N E X O S

Acervo ISA

ANEXO I

Mapa do município de Itarema. Ceará, SUCAM/Min. Saúde, 1987. Escala: 1:100.000 (reduzido). Grifados em vermelho os nomes das principais localidades mencionadas neste relatório.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

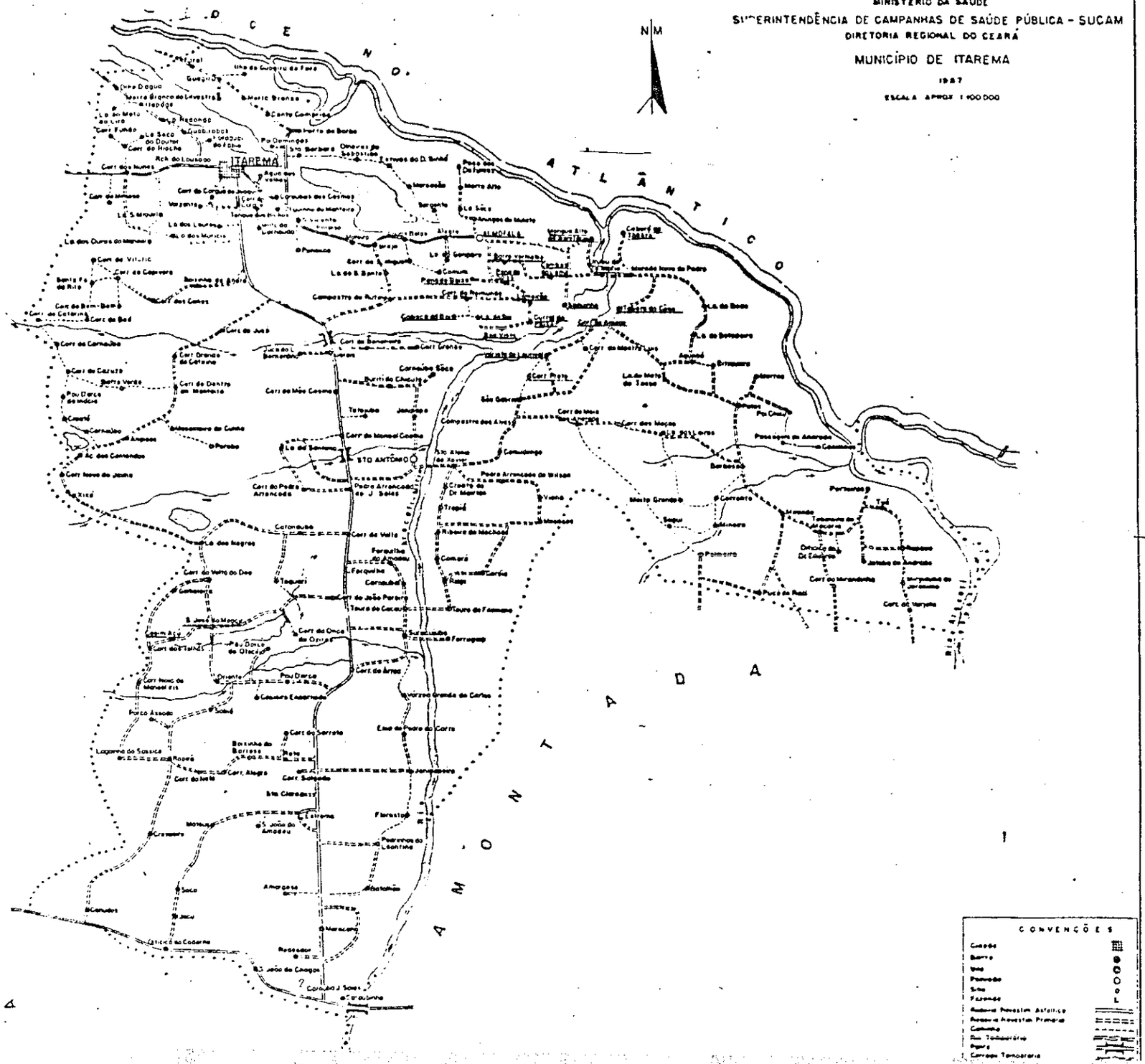
SUPERINTENDÊNCIA DE CAMPANHAS DE SAÚDE PÚBLICA - SUCAM

DIRETORIA REGIONAL DO CEARÁ

MUNICÍPIO DE ITAREMA

1987

ESCALA APROX 1:100.000



Acervo ISA

ANEXO II

Portaria do Presidente da FUNAI PP. Nº 1366/92, Brasília, 04 de setembro de 1992, que criou o Grupo Técnico interinstitucional para identificar e delimitar a Área Indígena Tremembé e realizar o levantamento fundiário da mesma.

Acervo ISA

FUNAI
Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

PORTARIA DO PRESIDENTE
PP. Nº 1366/92

Brasília, 04 de setembro de 1992

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO-FUNAI, no uso das suas atribuições que são conferidas pelo Artigo 21, ítem VII do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 564, de 08 de junho de 1992, e em conformidade com o Decreto nº 22, de 04 de fevereiro de 1991,

R E S O L V E :

I - Criar o Grupo Técnico inter-institucional, com a finalidade de identificar e delimitar a Área Indígena TREMEMBÉ, o qual é composto por:

1. JUSSARA VIEIRA GOMES, antropóloga, lotada no Museu do Índio/RJ-FUNAI, coordenadora;
2. JOSÉ APARECIDO DONIZETE BRINER, engenheiro agrimensor, lotado na DEM/DAF/FUNAI;
3. NEMÉZIO MOREIRA DE OLIVEIRA, engenheiro agrônomo, lotado na ADR/João Pessoa/FUNAI;
4. JOSÉ MARTINS DA SILVA, representante da Arquidiocese de Fortaleza/CE;
5. LUIS ALVES DE ALCÂNTARA, engenheiro agrônomo, lotado no no INCRA de Fortaleza/CE.

II - Deslocar até a Área Indígena TREMEMBÉ, no Estado do Ceará, para em conjunto com os índios definir e identificar os limites da área, as aldeias, as roças, e as áreas de caça e pesca.

III - Realizar o levantamento fundiário juntamente com o estudo de definição da área indígena a ser apreciado pelo GT, que constará de vistoria de benfeitorias implantadas por não-índios, inseridas nos limites a serem propostos, a natureza da ocupação, contingente populacional e conflitos existentes, mediante a identificação de posse,

Acervo ISA

FUNAI
Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

domínios, levantamentos documentais em cartórios das certidões de registro e respectivas sucessórias.

IV - Determinar o prazo de 20(vinte) dias para execução dos trabalhos de campo e 60(sessenta) dias para a entrega dos relatórios, a contar do dia 10.09.92.

SYDNEY FERREIRA POSSUELO
Presidente da FUNAI

118

Acervo ISA

ANEXO III

CI nº 41/SEDOC/MI/92, Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1992, da Coordenadora do GT Tremembé (Port. Pres. nº 1366/92) ao Administrador do Museu do Índio, sobre dificuldades na obtenção das certidões de registro de imóveis solicitadas ao Cartório do 2º Ofício de Acaraú.

Acervo ISA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1992.

CI nº 41/SEDOC/MI/92.
Da Coordenadora do GT Tremembé (Port. Pres. nº 1366/92)
Ao Administrador do Museu do Índio.

Venho solicitar a V. Sa. que encaminhe esta CI, em caráter de urgência, para a Diretoria de Assuntos Fundiários/FUNAI/Brasília, a fim de informar aquela DAF, assim como solicitar as providências cabíveis e devida orientação com relação ao assunto exposto a seguir.

Como parte dos trabalhos efetuados pelo GT em sua recente viagem à Área Indígena Tremembé, fez-se levantamento no Cartório do 2º Ofício de Acaraú. Em conseqüência, foram solicitadas, por escrito, ao Escrivão responsável, Sr. Otávio Felipe Rocha, cópias de 29 (vinte e nove) registros de imóveis localizados dentro da Área Indígena definida pelo GT, para integrarem o relatório final do mesmo.

Na ocasião o Sr. Otávio nada comentou sobre a necessidade de pagamento das cópias. Uma vez expirado o prazo combinado para o envio das mesmas ao Engenheiro Agrônomo Nemézio M. de Oliveira Júnior, da ADR de João Pessoa e membro do GT, este comunicou-se com o Cartório por via telefônica e foi informado de que tais cópias ou certidões somente seriam enviadas mediante pagamento. Mesmo tendo sido argumentado que a FUNAI é isenta deste tipo de pagamento, o Sr. Otávio manteve-se irredutível. Disse que cada certidão custa Cr$ ... 100.000,00 (cem mil cruzeiros) e que a máxima concessão que pode fazer, por tratar-se de um pedido da FUNAI, é abater 60% no preço. Desta forma, as 29 certidões solicitadas sairiam por Cr$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros) cada, perfazendo um total de Cr$ 1.160.000,00 (um milhão, cento e sessenta mil cruzeiros).

Conforme entendimentos telefônicos mantidos com um servidor lotado na DAF, estou encaminhando esta CI relatando tais fatos e enviando nome, endereço e telefone do Cartório, para que seja feito contato direto da DAF com o mesmo, conforme segue:

Cartório do 2º Ofício de Acaraú
(Registro de Imóveis)
Escrivão Otávio Felipe Rocha
Rua Presidente Vargas, 192
Centro - Acaraú - Ceará

M.24-A

Acervo ISA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Tel.: (DDD 085) 661-1318.

Aguardando as providências e orientações necessárias,

Atenciosamente,

JUSSARA VIEIRA GOMES
Antropóloga
Matr. 004990 5

Acervo ISA

ANEXO IV

Telex nº 478/DAF, de 30.10.92, do Diretor de Assuntos Fundiários Substituto à Coordenadora do GT Tremembé, informando providências tomadas sobre o assunto tratado na CI nº 41/SEDOC/MI/92 (ANEXO III).

Acervo ISA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
MIN/RJ
30 OUT 1992
Comunicações

1030.1527
&
2137091FNAI BR
611019FNAI BR

E BRASILIA DF NR 1177 301092 1500

MUSEU DO INDIO/RJ
COORDENADORA DO GT. TREMEMBEH

NR 478/DAF DE 30.10.92 - ATENCAO CI NR 41/SEDOC/MI DE 21.10.92, INFORMAMOS QUE PELO OFICIO NR 222/DAF DE 30.10.92, INSTRUIMOS / CARTORIO 2. OFICIO REGISTRO DE IMOVEIS DA COMARCA DE ACARAU-CE, QUANTO A ISENÇAO DA UNIAO FEDERAL DO PAGAMENTO DE CUSTAS E EMOLUMENTOS A PRATICA DE QUAISQUER ATOS, PELOS OFICIOS E CARTORIOS DE REGISTROS E NOTAS, CONFORME ART. 1. E 2. DO DEC-LEI NR 1.537
PT SDS

ARTUR NOBRE MENDES
DIRETOR DE ASSUNTOS FUNDIARIOS SUBST.

&
2137091FNAI BR
611019FNAI BR

T/30.1530HS

Recebido em 4/11/92.
Jussara V. Gomes.

JVG

Acervo ISA

ANEXO V

Telex/INCRA/SR(02)/G Nº/10/92, da Coordenadora do GT Tremembé à Diretora de Assuntos Fundiários, sobre dispensa dos motoristas que iriam acompanhar o GT em sua viagem.

Acervo ISA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

RG

PREÂMBULO

CARIMBO

INCRA/SR (02) CEARÁ
SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES
RECEBIDA : 17 / 9 / 92
P/R:

DESTINATÁRIO

À DAF
AT. DRA. ISA ROGEDO/FUNAI/BSB/TELEX 061/1019

TEXTO

ORIGEM/NÚMERO/DATA TELEX/INCRA/SR(02)/G Nº 110/92

CONFORME ENTENDIMENTOS TELEFÔNICOS, COM FINALIDADE DE AGILIZAR TRABALHOS, CONFIRMO DECISÃO GT-TREMEMÉ:DIÁRIAS DEVERÃO SER ENCAMINHADAS PARA USO DE DOIS AGENTES FEDERAIS/FORTALEZA, QUE PRECISAM ACOMPANHAR GT E NÃO SERÃO NECESSÁRIOS OS DOIS,MOTORISTAS. ASSIM , MÃRESE RÁSEREMÍCOSERÁEPERCESSA IMPORTÂNCIA REFERENTE ÀS PASSAGENS DE AVIÃO DOS MOTORISTAS. JUSSARA V. GOMES/COORDENADORA GT.

INCRA-SAG/21

EMISSOR:

Acervo ISA

ANEXO VI

Ordem de Serviço Nº 003/GAB/ADR JP/92, João Pessoa, 15 de setembro de 1992, do Administrador Regional Manoel Marcos Clemente da Silva, autorizando dois integrantes do GT a dirigir os automóveis que serviriam de transporte ao referido GT.

Acervo ISA

FUNAI
Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Administração Regional de João Pessoa-PB

ORDEM DE SERVIÇO Nº 003/GAB/ADR JP/92 João Pessoa, 15 de setembro 1992

O Administrador Regional de João Pessoa/PB, no uso das atribuiçoẽs regimentais, e visando cumprir a programação de trabalho para o corrente exercício,

R E S O L V E:

I - Autorizar o servidor NEMÉZIO MOREIRA DE OLIVEIRA JÚNIOR, Engenheiro Agrônomo desta ADR, e o Engenheiro Agrônomo do INCRA/CE, LUIZ ALVES DE ALCÂNTARA, designados para fazerem parte do GT que irá identificar e delimitar a área indígena de Tremembé/CE, a dirigirem os veículos, modelo Bugre, placas DQ - 1785/CE e DO - 9559/CE, locados pela Diocese de Itapipoca/CE, para transportar os técnicos envolvidos / nos trabalhos acima citados.

II - A presente Ordem de Serviço entre em vigor na data de sua assinatura.

Manoel Marcos Clemente da Silva
Administrador Regional da João Pessoa
P. A. 592 de 02-06-89

Rua João Amorim, 384
Centro – João Pessoa-PB
CEP 58.020
Fone: 221-2520

Acervo ISA

ANEXO VII

Registro de doação de terra aos índios de Almofala, nº 695, que consta a fls. 101 do "Livro de Registro de Terras da Freguesia da Barra do Acaracú", de 1855-1857.

Lyd. dos Albarás de seiscentos cincoenta e dois - Obrigação Antonio Xavier de Castro e Silva

625

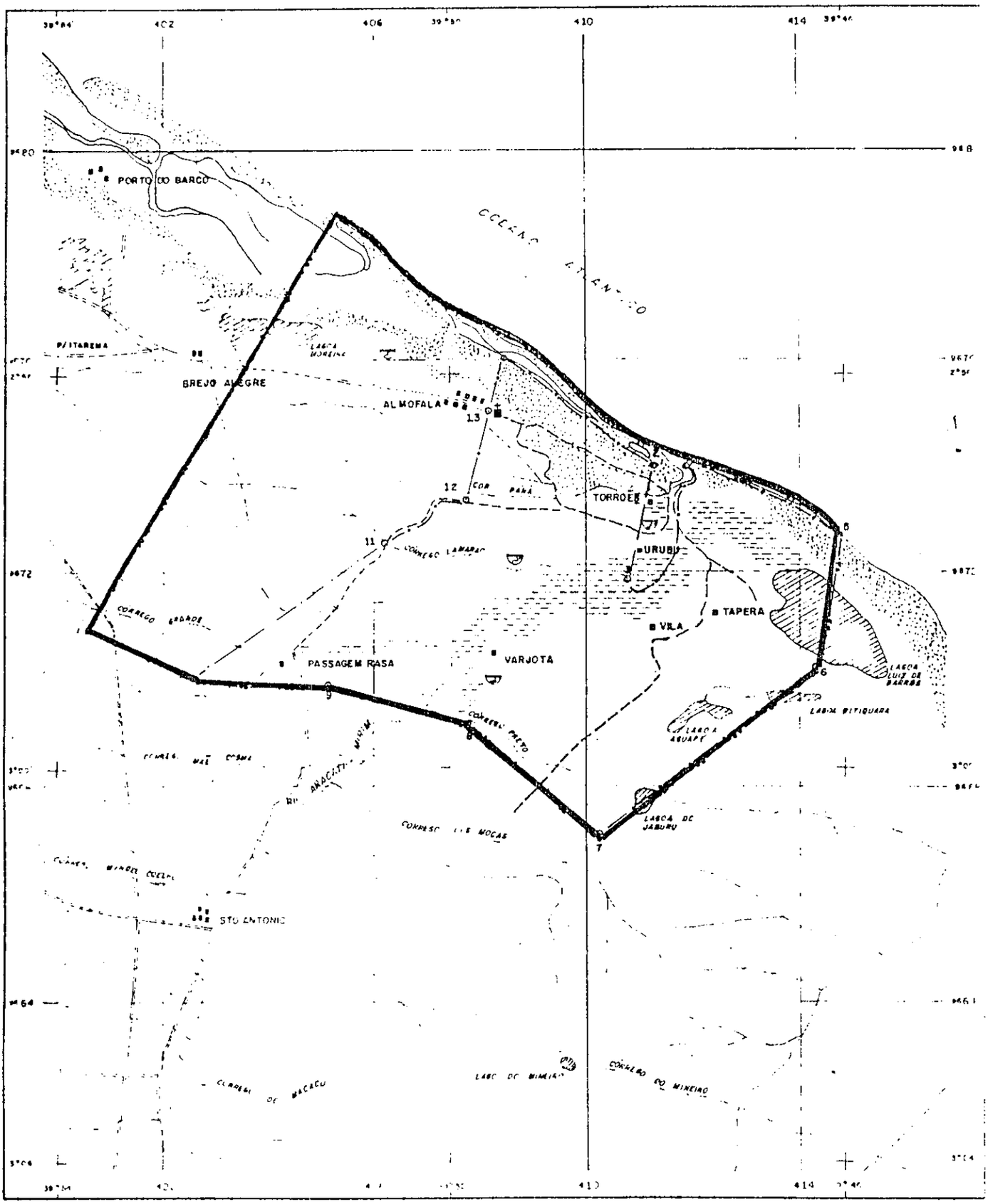
Numero dois centos vinte cinco - Obrigo-me a pagar ao portador ou a quem por elle tiver direito a esta minha Letra, quando esta me for apresentada, a quantia de Seis centos mil reis da Caixa de Amortisação, e por esta Letra fui sacado por Manoel Antonio Ferreira Lisboa, e Companhia, para Terceiro a ordem do mesmo Manoel Antonio Ferreira Lisboa, e Companhia, e para maior firmeza do que fica dito, passo a presente Letra, que assigno, e mando aceitar ao Sacado, e pagar a quantia de Seis centos mil reis, a Caixa de Amortisação, ou a quem por ella tiver direito, quando esta me for apresentada, e para clareza de tudo o

Acervo ISA

ANEXO VIII

Área da légua quadrada originalmente doada aos Tremembé, segundo o constante do registro nº 695 (ANEXO VII) e de acordo com a tradição oral. Observe-se a localização de 4 sítios arqueológicos encontrados e identificados na Área: um na Lagoa Seca, um no Lamarão ou Lameirão, um no Urubu e um na Varjota.

Acervo ISA



SINAIS CONVENCIONAIS

- LIMITE APROX. MARCAÇÃO DE SESMARIA
- TERRA INDÍGENA IDENTIFICADA
- PONTO DEFINIDOR DE LIMITES
- IGREJA
- CURSO D'ÁGUA PERMANENTE
- ALAGADO
- AREIA
- RODOVIA SEM PAVIMENTAÇÃO
- EDIFICAÇÕES
- SÍTIO ARQUEOLÓGICO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI

DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - DAF

FUNAI

DENOMINAÇÃO: ÁREA INDÍGENA TREMEMBÉ	PLANTA DE: IDENTIFICAÇÃO
MUNICÍPIO: ITAREMA	ÁREA: 4.900 ha — PERÍMETRO: 37 Km
UF: CE — ADR: JOÃO PESSOA	ESCALA: 1:100.000 — DATA: 08 / 10 / 92
PROCESSO Nº:	BASE CARTOGRÁFICA: MI-588 e MI-619

TÉCNICO RESPONSÁVEL PELA DEFINIÇÃO DOS LIMITES: JUSIANE BOMES, ANTROPÓLOGA M.MUSEU/RJ	TÉCNICO RESPONSÁVEL PELA IDENTIFICAÇÃO DOS LIMITES: JOSE A.D. BRINER, ENG AGRIM CREA-107411 / SP	VISTO: CHEFE DO DEM	PORTARIA Nº:

Acervo ISA

ANEXO IX

Lista de presentes à reunião de 18/9/92, sexta-feira, na casa do cacique Vicente Viana Damasceno, no Barro Vermelho.

Acervo ISA

REUNIÃO DE 18/9/1992, SEXTA-FEIRA - LISTA DE PRESENÇA:

1) Vicente Viana Damasceno (cacique, morador do Barro Vermelho)
2) Francisco Marques do Nascimento, conhecido como João Venâncio (liderança, morador da Praia)
3) Maria Marta dos Santos Cindô (moradora do Barro Vermelho)
4) Maria Elza de Lima Souza, conhecida como Maria Elídia (Barro Vermelho)
5) Maria José Santos Souza, conhecida como Zeza (Barro Vermelho)
6) Geraldo Cosme dos Santos (pajé, morador das Aningas do Mulato)
7) João Paulino do Nascimento (morador do Panã)
8) Joana Henrique dos Santos (Barro Vermelho)
9) Maria Sabino do Nascimento, conhecida como Marisa (Panã)
10) Raimundo Miquelino de Souza (Barro Vermelho)
11) Raimunda Marques do Nascimento (Praia)
12) Raimunda Cosmo do Nascimento (Almofala)
13) Maria de Jesus Sobrinho (Praia)
14) Eduardo Francisco de Lima (Barro Vermelho)
15) Aldenora Rodrigues de Albuquerque (Barro Vermelho)
16) Raimundo Bonifácio Sobrinho, conhecido por Mosquito (Praia)
17) Raimundo Manuel Felix, conhecido por Raimundo Tucum (Varjota)
18) Antonio Valdir de Orlanda (Varjota)
19) Francisco Xavier Miranda (Varjota)
20) Matias Anastácio da Silva (Varjota)
21) Marcionílio José Correa (Varjota)
22) Rita Otília do Nascimento (Barro Vermelho)
23) Leonor Marques do Nascimento (Panã)
24) Necy Marques do Nascimento (Panã)

Todos os integrantes do GT.

Acervo ISA

ANEXO X

Lista das pessoas que compareceram à reunião de domingo, 20/9/92, na casa do cacique Vicente Viana Damasceno, no Barro Vermelho.

Acervo ISA

REUNIÃO DE 20/9/1992, DOMINGO - LISTA DE PRESENÇA:

1) João Paulino do Nascimento (Panã)
2) Francisco Alves dos Santos (Varjota)
3) Deusdet Cabral de Souza (Varjota)
4) Raimundo Moura dos Santos (Varjota)
5) João Cândido da Silva (Varjota)
6) Luís Manuel do Nascimento (liderança, Varjota)
7) Expedito Ferreira do Nascimento (Varjota)
8) Francisco Cabral de Souza (Varjota)
9) Agostinho Felix Jacinto (liderança, Varjota)
10) João Bispo Filho (Barro Vermelho)
11) José Valdecir Cordeiro de Almeida (Varjota)
12) José Mariano do Nascimento (Comum)
13) Vicente Viana Damasceno (cacique, Barro Vermelho)
14) Maria Estevão dos Santos (Lamarão)
15) Francisca Lizonete dos Santos (Praia)
16) Maria Elizete dos Santos (Praia)
17) Maria Elenita dos Santos (Praia)
18) Antonia Luis Alves (Saquinho)
19) Luiza Jorge Gabriel (Lameirão)
20) Lucia Marques do Nascimento (Praia)
21) Maria Elza de Lima Souza (Maria Elídia, do Barro Vermelho)
22) Raimunda Cosmo do Nascimento (Almofala)
23) Maria Raimunda dos Santos (Comum)
24) Leonor Marques do Nascimento (Panã)
25) Necy Marques do Nascimento (Panã)
26) Maria Madalena de Lima (Panã)
27) Maria Aurister do Nascimento (Saquinho)
28) Francisca Francinalda dos Santos (Panã)
29) Francisco Marques do Nascimento (João Venâncio, da Praia)
30) Raimunda Marques do Nascimento (Praia)
31) Maria José Santos Souza (Zeza, do Barro Vermelho)
32) Raimundo Miquelino de Souza (Barro Vermelho)
33) Maria de Jesus Sobrinho (Praia)
34) Joana Henrique dos Santos (Barro Vermelho)
35) Eduardo Francisco de Lima (Barro Vermelho)
36) Pesquisador Gerson Júnior
37) Pesquisador Alexandro Ratts

Todos os membros do GT.

Acervo ISA

ANEXO XI

Lista de presentes à reunião de 22/9/92, terça-feira, no salão de reuniões da Varjota.

Acervo ISA

REUNIÃO DO DIA 22/9/1992, TERÇA-FEIRA, NO SALÃO DE REUNIÕES DA VARJOTA - LISTA DE PRESENÇA:

1) João Félix da Silva
2) Luiz Manoel do Nascimento, conhecido como Luiz Caboclo
3) Francisco Cabral Miranda
4) Francisco Marques do Nascimento,conhecido como João Venâncio
5) Manoel Caboclo Sororô
6) Raimundo Pedro dos Santos
7) Vicente Viana Damasceno
8) Deusdete Cabral de Souza
9) Domingo Cabral de Souza
10) Matias Anastácio da Silva
11) Antonio Vauélio Azevedo
12) Francisco Xavier Miranda
13) Raimundo Moura dos Santos
14) Paulino Félix de Moura
15) Edgar Félix de Moura
16) Damião Martins da Silva
17) Valdemiro Francisco Jacinto
18) Rovildo Raimundo Pedro
19) Francisco Trajano de Souza
20) João Marciano de Souza
21) Raimundo Manoel do Nascimento
22) Manoel Gonçalves Filho
23) José Cabral de Souza
24) Manoel Henrique Neto
25) Francisco Aninha da Conceição
26) José Alci Rodrigues
27) José Patriarca Alves
28) José Bezerra dos Santos
29) Raimundo Cabral de Souza
30) Maria Marlene Jacinto
31) Maria da Conceição Moura
32) Francisca Ferreira dos Santos
33) Maria José Ferreira
34) Maria Cabral de Souza
35) Raimunda Félix Jacinto

Acervo ISA

36) João Cabral de Souza
37) Agostinho Marciano Félix
38) Raimundo Luiz dos Santos
39) Gonçalo Marciano Filho
40) José Manoel do Nascimento
41) Luiz Francisco do Nascimento
42) José Guilherme de Santana
43) Manoel Francisco Guilherme
44) Manoel Rufino dos Santos
45) Manoel Gabriel Apolinário
46) Francisco Gideoni Cabral
47) Francisco Manoel Pedro
48) Manoel Marques dos Santos
49) Manoel Raimundo Félix
50) Francisco Félix de Souza
51) João Gomes dos Santos
52) Felisberto Manoel Francisco
53) Sabino Gonçalves Filho
54) Cícera Gonçalves da Conceição
55) Maria Francisco Cabral de Holanda
56) Maria Francisco Cabral
57) Sílvia Francisco Cabral
58) Maria Gonçalves da Conceição
59) Maria Miguel da Conceição
60) Lúcia Helena dos Santos
61) Maria Nereuda Jacinto
62) Ana Lúcia Jacinto
63) Maria Rita do Nascimento
64) Raimunda Eliene de Holanda
65) Maria Marilene de Holanda
66) Rita Maria da Conceição Jacinto
67) Lúcia Francisco Félix
68) Maria Félix Jacinto
69) João José de Souza
70) Francisco Alves dos Santos
71) Agostinho Félix Jacinto
72) Raimundo Manoel Félix
73) Antonio Francisco de Souza
74) Manoel Raimundo Cabral

Acervo ISA

75) Estevão Henrique dos Santos
76) José Orlando Pedro
77) Francisco dos Santos Moura
78) Antonio Moura dos Santos
79) Alonso Pedro Rodrigues
80) Sebastião Alonso dos Santos
81) José Manoel Filho
82) José Ovildo dos Santos
83) Antonio Félix de Souza
84) Francisco Augusto de Souza
85) Francisco Narciso Alves do Nascimento
86) Maria das Graças de Souza

Acervo ISA

ANEXO XII

Lista dos índios que estiveram presentes na reunião de 24/9/92, quinta-feira, pela manhã, na casa do líder Estevão Henrique dos Santos, na Vila do Côco.

Acervo ISA

REUNIÃO DE 24/9/1992, QUINTA-FEIRA, PELA MANHÃ - LISTA DE PRESENÇA:

1) Estevão Henrique dos Santos (liderança, morador da Vila do Côco, na Tapera)
2) Luís Cabral de Souza (Vila)
3) Raimundo Cabral de Souza
4) Antonio José de Moura
5) Maurício Felix
6) Maria Joelma Felix
7) Domingos Cabral de Souza
8) Raimunda Cabral de Souza
9) João Gomes dos Santos
10) Manoel Marciano dos Santos
11) Marciana Cabral de Souza
12) Maria Irineu da Silva
13) Paulo Francisco Felix
14) Manoel Marques dos Santos
15) Isaura Felix de Moura (Vila)
16) Maria Vanuza dos Santos
17) Joana Henrique dos Santos (Barro Vermelho)
18) José Guilherme de Santana
19) Antonio Pedro Matias
20) José Gabriel Apolinário
21) Raimundo Luzia do Nascimento
22) Manoel Henrique Neto
23) Maria dos Santos Marciano
24) Maria Cabral de Souza
25) Maria do Carmo Nascimento
26) Raimundo Luis dos Santos
27) José Cabral de Souza
28) Raimundo Marciano, conhecido por Mundico (morador do Urubu)

Membros do GT.

Obs.: Durante esta reunião não foram anotadas as localidades em que vivem cada um dos participantes, tendo sido colocadas, nesta lista, aquelas que ficaram anotadas no diário de campo.

Acervo ISA

ANEXO XIII

Lista de presentes à reunião de quinta-feira à tarde, 24/9/92, na casa do líder Estevão Henrique dos Santos, na Vila do Côco.

Acervo ISA

REUNIÃO DE 24/9/1992, QUINTA-FEIRA, À TARDE - LISTA DE PRESENÇA:

1) Agostinho Pires de Souza
2) Maria Gonçalves da Conceição
3) Francisca Lúcia Felix
4) Francisca Raimunda da Conceição
5) Maria José Carneiro dos Santos
6) Maria do Livramento Gonçalves
7) Maria Raimunda Roque
8) Maria Marta Santos da Silva
9) Maria Cabral de Souza
10) Maria das Neves Alves da Silva
11) Maria Lúcia Marciano
12) Maria Higino de Souza
13) Joana Peres de Souza

Mais o GT e cerca de uma dezena de pessoas que já haviam compare cido pela manhã, entre elas, Estevão Henrique dos Santos.

Obs.: As treze pessoas acima listadas são moradoras do Urubu e da periferia da Tapera.

Acervo ISA

ANEXO XV

Lista de famílias que apoiam as reivindicações do Sr. José Agostinho dos Santos quanto à área do São José/Capim-Açu.

Acervo ISA

FAMÍLIAS QUE APOIAM AS REIVINDICAÇÕES DO SR. JOSÉ AGOSTINHO DOS SANTOS (PATRIARCA), NA ÁREA DO SÃO JOSÉ/CAPIM-AÇU:

1) Francisco Zeferino da Rocha
2) Francisco Pereira da Rocha
3) Francisco Carneiro Filho
4) José Osvaldo dos Santos
5) Francisco das Chagas dos Santos
6) Raimundo Agostinho dos Santos
7) José Teixeira Sobrinho
8) Maria Rita Araújo

Acervo ISA

ANEXO XVI

Lista das pessoas que compareceram à reunião de sábado, 26/9/92, na casa do Sr. Aristeu Teixeira da Costa, no São José.

Acervo ISA

REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS ÍNDIOS TREMEMBÉS, EM 26/9/1992, SÁBADO - LISTA DE PRESENÇA:

1) Maria Rita de Araújo (Presidente)
2) José Agostinho dos Santos, conhecido por Patriarca (2º Presidente)
3) Maria Socorro dos Santos Rocha (1ª Secretária)
4) Inês Helena dos Santos (2ª Secretária)
5) Maria Edite Peixoto da Costa (1ª Tesoureira)
6) Francisco Pereira da Rocha (2º Tesoureiro)
7) José Teixeira Sobrinho (membro do Conselho Fiscal)
8) José Osvaldo dos Santos (membro do Conselho Fiscal)
9) Francisco Carneiro Filho (1º Suplente da Diretoria)
10) Francisco das Chagas dos Santos (membro do Conselho Fiscal)
11) Rita de Cássia dos Santos (2º Suplente da Diretoria)
12) Aristeu Teixeira da Costa (3º Suplente da Diretoria)
13) José Odécio Suzano da Rocha (sócio)
14) José Amarildo dos Santos (sócio)
15) Carlos César dos Santos (sócio)
16) Teodora Alice Peixoto (sócia)
17) Maria Zilmar de Oliveira (sócia)
18) Rosa Maria dos Santos (filha de um associado)
19) Francisco Vicente dos Santos (não é da Associação, mas quis assistir a reunião)
20) Raimundo Agostinho dos Santos (sócio)
21) Edmunda Rosa dos Santos (sócia)
22) Francisco Neto dos Santos (sócio)

Dois integrantes do GT.